



# Anais da Assembléia

Nº 064

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 31 DE MAIO DE 1993

ANO XIX

## MESA DIRETORA

**ORLANDO PESSUTI**  
Presidente - PMDB

**HERMAS EURIDES BRANDÃO**  
1º Vice-Presidente - BPI

**GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO**  
2º Vice-Presidente - PP

**ANIBAL KHURY**  
1º Secretário - PTB

**DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO**  
2º Secretário - PP

**BASILIO ZANUSSO**  
3º Secretário - PFL

**CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI**  
4º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo .....	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL .....	Deputado DUILIO GENARI
PDT .....	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB .....	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB .....	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT .....	Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL .....	Deputado CARLOS XAVIER SIMÕES
PP .....	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI .....	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB - 13:** Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 10:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 05:** Elío Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 09:** José Colombino Grassano - Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademair Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Mächuca; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 01:** Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 06:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania.

(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 50.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 31 DE MAIO DE 1993  
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Nilton Barbosa e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elío Rusch, Emilia Belinati, Erondy Silvério, Eurides Moura, João Tensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (50). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Cezar Silvestri, Ernani Pudell e Namir Picentini. (03). Achando em licença o Senhor Deputado Heinz Herwig. (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - Procede a leitura das Atas das Sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofícios:

OFÍCIO

Sob o n.<sup>o</sup> DTL/SAT/074/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei n.<sup>o</sup> 110/93, por julgá-lo inconstitucional. A Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n.<sup>o</sup> 0383/93, do Senhor Luiz Carlos Delazari - Procurador Geral de Justiça do Estado, conforme atribuições conferidas pelo art. 127, § 2.<sup>o</sup> da Constituição Fede-

ral e, arts. 65 e 114, § 2.<sup>o</sup> da Constituição do Estado do Paraná, e diante do veto integral aposto pelo Senhor Governador do Estado do Projeto de Lei n.<sup>o</sup> 110/93 oriundo de proposição feita pelo Ministério Público do Paraná e integralmente aprovado por esta Assembléia, apresento nova proposta dos vencimentos dos integrantes daquela Instituição. Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.<sup>o</sup> DTL/SAT/082/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei n.<sup>o</sup> 188/93, por julgar a parte vetada contrária ao interesse público. A Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n.<sup>o</sup> ATCC 3985/93, do Senhor Caio Quintana, Chefe da Casa Civil, em resposta ao PEDIDO DE INFORMAÇÕES solicitado pelo Senhor Deputado Algaci Túlio à Secretária de Estado da Cultura, sobre "Atos da Diretoria do Centro Cultural Teatro Guaíra". Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.

OFÍCIO N.<sup>o</sup> 2010/93

Venho através do presente, justificar a minha ausência na Sessão Ordinária do dia 27 de Maio, por compromissos inadiáveis em minha região.

Sem mais, renovo meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 31.05.93.

(a) ROSSONI

Requerimentos:

REQUERIMENTO N.<sup>o</sup> 1527

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4.<sup>o</sup> do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.<sup>a</sup> discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 31.05.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N.<sup>o</sup> 1502

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, arquivamento do Projeto de Lei n.<sup>o</sup> 154/93, que autoriza o Poder Executivo a Transformar a EMATER - em Autarquia, de nossa autoria.

Sala das Sessões, em 31.05.93.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO N.<sup>o</sup> 1537

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário, seja arquivado o Projeto de Lei n° 094/93 de nossa autoria, que dá nova redação ao § 1° do artigo 12 da Lei n° 9887 de 27 de dezembro de 1991, tendo em vista que o assunto em tela foi solucionado com a aprovação da Emenda n° 07, (de nossa autoria), ao Projeto de Lei n° 186/93, cujo Projeto foi sancionado pelo Senhor Governador do Estado.

Sala das Sessões, em 31.05.93.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### REQUERIMENTO N° 1520

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, a aplicação do art. 34, § 2° do Regimento Interno as C.P.I. que tratam das causas de Evasão de Receitas Tributárias e das Invasões de Terras Agrícolas e Urbanas, ambas aprovadas em 12 do corrente mês.

Sala das Sessões, em 31.05.93.

(a) RENATO ADUR

#### REQUERIMENTO N° 1491

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e, após ouvido o Plenário, REQUER o abono de falta para a Interiorização do Governo em Piraí do Sul, para os seguintes Deputados Domingos Carvalho e Djalma de Almeida César, para o dia 26.05.93.

Sala das Sessões, em 31.05.93.

(a) RENATO ADUR

#### REQUERIMENTO N° 1496

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inversão da pauta, da presente sessão, para discussão e votação, ressalvadas as proposições 26/92 e 20/93.

Sala das Sessões, em 31.05.93.

(a) ANIBAL KHURY

#### REQUERIMENTO N° 1532

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a dispensa do interstício, com vistas à realização de Sessão Extraordinária em número suficiente para se ultimar a votação do Projeto de Lei n° 212/93, logo após a realização da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 31.05.93.

(a) ANIBAL KHURY

Apoio: Carlos Simões.

#### REQUERIMENTO N° 1533

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no

uso de suas prerrogativas regimentais, considerando a situação de atraso reiterado no pagamento das contas devidas pelo Governo Federal, através do Sistema Unificado de Saúde, à rede hospitalar do Paraná, REQUEREM o envio de mensagem urgente ao Presidente da República e ao Ministro da Saúde, pedindo a regularização de tais pagamentos, para fazer cessar os prejuízos sofridos pela população no atendimento de saúde.

Sala das Sessões, em 31.05.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE, ERONDY SILVEIRO, ÉLIO RUSCH, ANIBAL KHURY, ORLANDO PESSUTI, NEREU ALVES DE MOURA, EMÍLIA BELINATI, COLOMBINO GRASSANO e DOMINGOS CARVALHO.

#### JUSTIFICATIVA:

Por problemas ligados à sua estrutura administrativa, o Governo Federal vem, desde o início deste ano, atrasando a liquidação de seus compromissos junto à rede hospitalar do Paraná, por conta das interações e atendimentos vinculados ao Sistema Unificado de Saúde. Desde março e abril os pagamentos não estão sendo feitos, em montante superior a 25 trilhões de cruzeiros para o conjunto de hospitais credenciados no território do Paraná.

A entidade representativa dos hospitais acaba de cessar o atendimento, por absoluta impossibilidade de continuar prestando os serviços a seu cargo, sendo que alguns hospitais mais antigos documentam nessa, a pior crise dos últimos anos. Essa paralisação é compreensível quando se sabe do alto custo dos serviços médico-hospitalares, dos medicamentos ministrados aos pacientes e das despesas de manutenção dos estabelecimentos de saúde, o que torna inconcebível o atraso dos pagamentos.

A classe médica, inclusive, se posicionou em apoio ao protesto dos hospitais tanto pela atual Diretoria da Associação Médica quanto pelos líderes da chapa que concorre às próximas eleições, a "Renovação Consciente", presidida pelo professor Dr. José Faria Ratton. O certo é que os profissionais de saúde, preocupados por estarem na primeira fronteira de proteção da vida, esperam a firme mobilização de opinião paranaense para evitar a continuidade dessa situação caótica, que prejudica nossa população e fere nosso direito constitucional à saúde plena.

#### REQUERIMENTO N° 1486

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário, REQUER, voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido ontem, do ex-Deputado Dr. Ladislau Lachowski.

Engenheiro químico e técnico em saneamento, Ladislau Lachowski prestou profissionalmente inestimáveis serviços à causa pública paranaense.

Tendo sido Diretor de extinto Departamento de Água e Esgoto, de cuja estrutura nasceu a hoje SANEPAR, mercê do seu grande trabalho nessa área, atendendo com rara capacidade vários municípios paranaenses como também esta capital, logrou eleger-se Deputado à Assembléia Legislativa do Paraná em 1958 onde honrou de 59/63, com rara dignidade e labor profícuo, o seu mandato.

Foi convocado pelo Governador Moysés Lupion para ser Secretário de Estado de Viação e Obras Públicas realizando com raro descontinuo aquelas funções.

Pelo falecimento do ex-Deputado Ladislau Lachowski esta Assembléia expressa seu profundo pesar e que disso seja dado conhecimento aos seus familiares na pessoa da sua companheira Dona Wanda Lachowski, residente na rua Alameda Cabral nº 471, bloco-A, apartamento 21.

Sala das Sessões, em 31.05.93.

(a) COLOMBINO GRASSANO

#### REQUERIMENTO N° 1493

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no exercício de suas funções regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação de Votos de Profundo Pesar pelo falecimento do Dr. Oswaldo de Moraes Correia, ocorrido em 26 do corrente, na Cidade de Maringá-PR.

Requer ainda, que do presente se dê ciência à Senhora Marilena Coelho Moraes Correia, esposa do falecido, através de correspondência a ser encaminhada para o seguinte endereço: Rua Estácio de Sá, 298 Maringá-Pr.

Sala das Sessões, em 31.05.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### JUSTIFICATIVA:

O Dr. Oswaldo de Moraes Correia, era formado em Engenharia Agrônômica, tendo se destacado nacionalmente pela sua atuação cooperativista, notadamente no exercício da presidência da COCAMAR - Cooperativa dos Cafeicultores de Maringá LTDA.

Atualmente o Dr. Oswaldo vinha exercendo função no Núcleo Regional da Secretaria da Agricultura em Maringá, como Chefe.

#### REQUERIMENTO N° 1497

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, VOTO DE PESAR pelo falecimento do Senhor EMILIO POUÇO PERES, ocorrido no último dia 26 de maio de 1993.

Sala das Sessões, em 31.05.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

#### JUSTIFICATIVA:

A grandeza dos homens também está pelas suas posições filosóficas assumidas em qualquer tempo, independente de momentos livres, da expressão ou em períodos ditatoriais com fórmulas de democracias, e a cidade de Paranaguá há muitos anos convivia com uma figura respeitável, tanto no ponto de vista como cidadão, chefe de família exemplar, comerciante conscio de suas responsabilidades, e politicamente militante da esquerda reprimida na época, porém de postura popular, foi assim em vida Emilio Pouço Peres, que no último dia 26 de maio, faleceu naquela cidade, cidade que o respeitou, cidade que o admirou, e onde deixou como legado maior a sua família composta da esposa Estela Berlim e dos filhos: Luiz Carlos Berlim Peres, Emilio Pouço Peres Berlim, Antonio José Berlim Peres, Paulo Roberto Berlim Peres e Paulo Sergio Silva Peres, onde colaborou para que seu filho Emilio Pouço Peres Júnior, fosse durante 4 anos, Vereador à Câmara Municipal, e um dos nossos amigos que nos ajudou a chegar à Assembléia Legislativa em 1990, como companheiro de lutas.

Temos conhecimento da dor sentida por essa família, onde Emilio Pouço Peres foi o grande incentivador das boas causas, especialmente de sua esposa, uma artista plástica das mais conceituadas no mundo cultural de Paranaguá. Lamentando profundamente, solicitando que sejam enviadas cópias desse nosso requerimento a Senhora Estela Berlim Peres e Filhos, Rua Xavier da Silva, 110, CEP: 83203-230 - Paranaguá-Pr., bem como a um dos filhos Emilio Pouço Peres Júnior, Rua Cons. Corrêa, 51 - Leblon - CEP: 83203-570 - Paranaguá-Pr. A/C. COTRIGUAÇU - Cooperativa Central Reg. Iguazu Ltda.

#### REQUERIMENTO N° 1499

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. LADISLAU LACHOWSKI, ocorrido no dia 29 de maio próximo passado, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 31.05.93

(a) ERONDY SILVÉRIO

#### JUSTIFICATIVA:

Ladislau Lachowski, foi Deputado Estadual, Secretário de Estado no Governo Moysés Lupion e Diretor do Departamento de Água e Esgoto, hoje Sanepar. Foi sempre um homem responsável, dono de grande espírito de companheirismo, por onde passou deixou inúmeros amigos que hoje lamentam sua perda. Que seus familiares sejam agraciados

por Deus no conforto da perda de ente tão querido, que ao partir deixa um vazio que jamais será preenchido.

## REQUERIMENTO N° 1535

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo um voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Deputado Estadual LADISLAU LACHOWSKI, ocorrido nesta Capital, no último final de semana.

Sala das Sessões, em 31.05.93.

(a) ALGACI TÚLIO

## JUSTIFICATIVA:

Homem reconhecido pela sua inteligência, Ladislau Lechowski, tinha 73 anos e era formado em engenharia química. Na vida pública exerceu as funções de Deputado Estadual, Secretário de Estado no governo de Moysés Lupion e diretor do Departamento de Água e Esgoto do Estado do Paraná, hoje SANEPAR.

Filho de Francisco Lachowski e de dona Paulina Lachowski, Ladislau foi um grande exemplo de homem público e de cidadão, além de exemplar chefe de família.

Que se externe, à família enlutada, na pessoa de dona Wanda Lachowski, companheira do inesquecível Ladislau Lachowski, os sinceros votos de pesar deste Poder Legislativo, pelo passamento de tão ilustre figura.

## REQUERIMENTO N° 1536

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, VOTOS DE PROFUNDO PESAR pelo falecimento do Senhor ALFEU TEODORO DE OLIVEIRA, Digníssimo Prefeito Municipal de Janiópolis, e esposa, Senhora ANA ALBUQUERQUE DE OLIVEIRA, em acidente ocorrido em 29 de maio do corrente ano.

Sala das Sessões, em 31.05.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

## REQUERIMENTO N° 1539

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno deste Poder, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição em Ata da presente Sessão, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Ex-Deputado LADISLAU LACHOWISKI, ocorrido no dia 29 de maio de 1993.

Sala das Sessões, em 31.05.93.

(a) HERMAS BRANDÃO

## JUSTIFICATIVA:

Ladislau Lachowski, foi Deputado Estadual, Secretário de Estado no Governo

Moysés Lupion e Diretor do Departamento de Água e Esgoto, hoje Sanepar.

## REQUERIMENTO N° 1494

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de Voto de Congratulações aos Senhores Renato Barroso e Senival Silva, pelo lançamento do novo Jornal Correio Paranaense, que circulará em todas as Prefeituras, Câmaras Municipais, Parlamentares, Órgãos do Governo e Entidades de Classe.

Sala das Sessões, em 31.05.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

## REQUERIMENTO N° 1495

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscrive, no exercício de suas funções regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação de Votos de Congratulações à APCB-RH- Associação Paranaense de Criadores de Bovinos da Raça Holandesa, pela realização da IX - Convenção Anual da APCB-RH, do 5° Leilão Stars do Paraná e I Encontro Estadual dos Médicos Veterinários Especialistas em Bovinos de Leite, eventos estes ocorridos na Cidade de Londrina, no período de 19 a 21 de maio de 1993.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao Dr. Nélcio Ribas Centa, Diretor Presidente da APCB-RH e Dr. Newton Pool Ribas, Diretor da APCB-RH, através de correspondência a ser enviada para o seguinte endereço, Rua Presidente Carlos Cavalcanti, 623 - 80510-040 Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 31.05.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

## REQUERIMENTO N 1528

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná votos de congratulações à Irmã FERNANDA DI JESUS LOPES, da Congregação das Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor, pela extraordinária dedicação ao trabalho em pro dos portadores do vírus da AIDS.

Sala das Sessões, em 31.05.93.

(a) ALGACI TÚLIO

## JUSTIFICATIVA:

Levando as palavras de Deus para a prostitutas de Curitiba, uma freira acabo se deparando com a AIDS e o abismo que el abre entre os portadores e a sociedade. A fundar a Pastoral das Mulheres Marginalizadas, Irmã Fernanda foi trabalhar na periferia da Cidade e, ao visitar bordéis, hotéis, postos de gasolina e até pontos de prostituição, viu que a AIDS marginalizava

seus portadores.

Tomando contato direto com a doença, descobriu que sua missão também estava ao lado dos seus portadores. Hoje, preside a Associação Solidários Pela Vida, o SOVIDA que, entre outras providências, está montando uma casa de apoio e assistência aos portadores do vírus. Essa casa obrigará doentes carentes e dará apoio médico-ambulatorial, terapia ocupacional e alimentação balanceada, entre outras formas de assistência.

E para justificar essa dedicação, Irmã Fernanda lembra do capítulo bíblico em que José e Maria buscaram um teto para o nascimento de Jesus: "é preciso abraçar essas pessoas, reintegrá-las à sociedade, fazê-las lutar pela vida. Somos a favor da vida", diz a Irmã Fernanda.

#### REQUERIMENTO N° 1485

Senhor Presidente.

Requeiro à Egrégia Casa, na forma regimental, se digne encaminhar ofício ao Exmo. Sr. MÁRIO PEREIRA - DD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando seus bons préstimos em determinar os reparos necessários na estrada vicinal que liga a PR-160 ao Distrito de Jandinópolis, via Bairro Arapuá - Município de Leopólis, que se encontra estrangulada e impraticável em face das chuvas torrenciais que caíram naquele trecho, dificultando o trânsito entre outras localidades. Por outro lado reivindicamos também, a continuação da pavimentação interrompida, no vizinho município de Cornélio Procópio, em atenção ao Ofício n° 19/93, do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Leopólis, fotocópia em anexo.

Sala das Sessões, em 31.05.93.

(a) OSWALDO TREVISAN.

#### JUSTIFICATIVA:

Tal pedido prende-se ao fato de a estrada vicinal, que liga a PR-160 do Distrito de Jandinópolis, via Bairro Arapuá, município de Leopólis, se encontrar em lastimável estado de conservação, dificultando o trânsito por estar estrangulada e impraticável, ficando seus usuários tolhidos de seu uso e sem meios de transportes e comunicação com outras localidades. Por outro lado, reivindicamos a continuidade da pavimentação asfáltica interrompida, no vizinho município de Cornélio Procópio.

É a justificativa.

#### REQUERIMENTO N° 1500

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o encaminhamento de expediente ao Exmo. Sr. Doutor ROBERTO REQUIÃO, DD. Governador do Estado e ao Ilustríssimo Sr. JOACIR DELI-

Curitiba, segunda, em 31.05.93

BERADOR, MD. Diretor Geral do DETRAN, solicitando a implantação do 3° Centro Regional de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 31.05.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### JUSTIFICATIVA:

O Departamento de Trânsito, na região de Ponta Grossa, é composto pelas Ciretrans de Ponta Grossa, Telêmaco Borba, Arapoti e Castro - que abrangem além dos municípios sede, os municípios de Ipiranga, Palmeira e São João do Triunfo; Ortigueira, Reserva, Sapopema e Tibagi; Jaquariaíva, Wenceslau Braz, Santana do Itararé, Sengés, São João da Boa Vista e Pirai do Sul - respectivamente - atendendo uma população de 611.259 pessoas e uma frota de 85.537 veículos.

Com 35 funcionários (25 C.L.T., 07 Cargos Comissionados e 03 Funcionários Municipais), 73 Despachantes, 08 Auto Escolas e 04 Instrutores Autônomos, o Departamento de Trânsito na região de Ponta Grossa, neste ano de 1993 - até o presente mês - realizou 2.296 vistorias de veículos e 1.266 habilitações.

Dada a abrangência da região de Ponta Grossa, e o volume de serviços prestados pelo Departamento de Trânsito encontra-se em estudos no DETRAN/PR, um Projeto de Implantação do 3° Centro Regional de Ponta Grossa, visando a modernização da CIRETRAN através da informática e da melhoria da qualidade e quantidade dos serviços e das áreas de atendimento ao público usuário.

#### REQUERIMENTO N° 1501

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja expedido ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, digníssimo Professor Elias Abrahão, solicitando a celebração de um convênio entre a SEED e a Prefeitura Municipal de Ortigueira para repasse de auxílio financeiro para pagamento de transporte escolar fretado pelo município.

A solicitação acima visa minimizar as despesas da Prefeitura Municipal de Ortigueira, na área da Educação, as quais aproximam de Cr\$ 100.000.000,00 mensais, somente com o pagamento de veículos fretados para o transporte de alunos da zona rural.

Sala das Sessões, em 31.05.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### REQUERIMENTO N° 1503

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, dentro do que lhe faculta as atribuições

regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja expedido ofício ao Senhor Governador do Estado, solicitando que se façam esclarecimentos adicionais ao Pedido de Informações que fizemos e cuja resposta agradecemos, mas que precisamos de mais detalhes adicionais, para a conclusão final a respeito do assunto, a saber:

I) a COCEL cumpriu o combinado com a COPEL e quitou os débitos existentes, nos prazos indicados na resposta a nós encaminhada?

II) precisamos de cópia do contrato firmado em 28.04.93, pelo prazo de 10 anos.

III) a celebração de contrato entre as duas empresas, sendo uma delas de propriedade do Governo do Estado, como acionista majoritário, não requer ratificação ou anuência da Assembléia Legislativa?

Sala das Sessões, em 31.05.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 1514

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER seja oficiada manifestação desta Assembléia Legislativa à FUNDEPAR, através de seu Presidente, Maurício Requião de Mello e Silva, no sentido de que se atenda pedido de mimeógrafo para a Escola Estadual Rancho Alegre de Ensino de 1° grau de Rancho Alegre D'Oeste.

Sala das Sessões, em 31.05.93.

(a) PAULO MAIA

#### JUSTIFICATIVA:

Cabe à FUNDEPAR atender às necessidades estruturais das escolas do Paraná. No caso específico, a Escola Estadual Rancho Alegre necessita de mimeógrafo para suporte pedagógico de suas atividades com alunos. Trata-se, efetivamente, de equipamento elementar e que não pode faltar em qualquer estabelecimento que queira bem atender sua clientela.

#### REQUERIMENTO N° 1487

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Adhail Sprenger Passos, Secretário de Estado do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, solicitando estudo de viabilidade para a efetivação de cursos de extensão do Colégio Agrícola de Campo Mourão (subordinado à FECILCAM), para o Município de Mamborê.

Sala das Sessões, em 31.05.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

#### JUSTIFICATIVA:

Com a falta de cursos técnicos de se-

gundo grau no município de Mamborê, município eminentemente agrícola, a comunidade estudantil tem se ressentido de falta de formação e habilitação que lhes dê embasamento para a formação profissional.

Em ocorrendo a extensão do curso de técnico agrícola, se estaria oportunizando a formação de técnicos no município onde moram e, onde a principal atividade econômica desenvolvida é a agricultura.

Um curso direcionado à formação de técnicos na área agrícola possibilitaria o aprimoramento e desenvolvimento da agricultura do município, que passaria a contar com técnicos habilitados para orientação e ensino de técnicas modernas de cultivo, com repercussão no aumento da produtividade, considerando que a agricultura local funda-se principalmente no cultivo da soja e do trigo.

Cremos que se deferida a presente solicitação, viabilizando um projeto dessa envergadura, estará o Estado, contribuindo de maneira indiscutível ao aprimoramento de sua juventude ordeira e laboriosa.

#### REQUERIMENTO N° 1488

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Elias Abrahão, Secretário de Estado da Educação, solicitando a implantação de curso técnico de 2° grau no Município de Mamborê.

Sala das Sessões, em 31.05.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

#### JUSTIFICATIVA:

A juventude em idade escolar do município de Mamborê, está se ressentindo da falta de opção de cursos a nível de segundo grau, que possibilitem maior oportunidade de profissionalização.

Na busca desta alternativa, obrigam-se ao deslocamento para a cidade de Campo Mourão, uma vez que a única alternativa de que dispõem é o curso propedêutico.

Alternativas como por exemplo contabilidade, técnico agrícola, técnico em computação, possibilitariam aos estudantes de Mamborê maiores possibilidades na disputa do mercado de trabalho, aumentando ainda seus conhecimentos em outras áreas, proporcionando-lhes outra base educacional que melhor os orientaria à escolha do curso a nível de 3° grau.

#### REQUERIMENTO N° 1489

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao



Excelentíssimo Senhor Nizan Pereira, Secretário de Estado da Saúde, solicitando obras de ampliação para o Centro de Saúde de Mamborê.

Sala das Sessões, em 31.05.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Centro de Saúde de Mamborê, constitui um dos poucos recursos com que conta a população carente do município de Mamborê para atendimento a seus problemas de saúde e, prevenção de endemias.

Sua ampliação constitui obra prioritária, para responder às necessidades locais e ampliar o atendimento àquela população, garantindo melhores condições de saúde básica para toda a comunidade.

O atendimento da presente solicitação, possibilitará a ampliação do número de atendimentos/dia, principalmente nas especialidades como, clínica geral, pediatria e ginecologia.

Os benefícios serão incontáveis para a população de cerca de 16 mil habitantes, que sentem dia após dia esgotarem-se suas perspectivas de tratamento e solução dos problemas de saúde que lhes afetam.

REQUERIMENTO N° 1490

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Nizan Pereira, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação de recursos financeiros destinados à conclusão das obras e aquisição de equipamentos médico-hospitalares para o Hospital Municipal de Iretama.

Sala das Sessões, em 31.05.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Iretama, Município com quase 16.000 habitantes, dispõe de apenas um hospital para atendimento à população, composta em sua maioria por lavradores que trabalham em pequenas propriedades, produzindo para seu consumo e subsistência.

Diante dessa situação o executivo municipal de Iretama buscou a alternativa da viabilização e construção de um Hospital Municipal, que face à pouca disponibilidade orçamentária, encontra-se com suas obras paralisadas e atualmente sua conclusão inviabilizada.

A conclusão do Hospital Municipal de Iretama permitiria o aumento de cota de leitos hospitalares disponíveis, melhorando as condições de saúde dos habitantes carentes do município.

REQUERIMENTO N° 1505

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja feito expediente ao Senhor Governador do Estado, para que em complemento ao nosso Pedido de Informações aprovado nesta Casa em 12.04.93 e cuja resposta não nos satisfaz! O Pedido foi detalhado, claro, didático e visa esclarecer uma pensionista, viúva. Pelo processo anexo, constata-se que o Senhor Secretário de Estado da Administração, encaminhou ao titular da Casa Civil, "subsídios para a resposta", coisa que não o fez! Apenas e tão somente nos encaminhou cópia da informação. É pouco. Queremos respostas claras, concisas, que possam realmente facilitar o entendimento por parte da interessada. Daí, que reiteramos providências a respeito.

Sala das Sessões, em 31.05.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1506

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhes são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública e Diretor Geral da Polícia Civil, solicitando uma viatura para a Polícia Civil do Município de Douradina.

Sala das Sessões, em 31.05.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, tendo em vista ser o setor da administração Municipal que mais tem preocupado é o relativo à segurança, eis que tem crescido, nos momentos de crise econômico-financeira, o número de ocorrência policial. O trabalho prestado à população, está deixando muito a desejar, em face da pouca infra-estrutura, incluindo a carência de viaturas para atendimento de chamadas.

Considerando ainda, que são grandes as áreas a serem cobertas pelos policiais, o que não é possível sem um veículo.

REQUERIMENTO N° 1507

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública e Diretor Geral da Polícia Civil, solicitando uma viatura para a Polícia Civil do Município de Formosa do Oeste.

Sala das Sessões, em 31.05.93.

(a) NILTON BARBOSA



## JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, tendo em vista ser o setor da administração Municipal que mais tem preocupado é o relativo à segurança, eis que tem crescido, nos momentos de crise econômico-financeira, o número de ocorrência policial. O trabalho prestado à população, está deixando muito a desejar, em face da pouca infra-estrutura, incluindo a carência de viaturas para atendimento de chamadas.

Considerando ainda, que são grandes as áreas a serem cobertas pelos policiais, o que não é possível sem um veículo.

## REQUERIMENTO N° 1508

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, solicitando uma Kombi para o atendimento na área educacional do Município de Altônia.

Sala das Sessões, em 31.05.93.

(a) NILTON BARBOSA

## JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação repousa na imensa dificuldade para a locomoção de alunos de 1° e 2° graus, que residem em áreas rurais distantes da Sede do Município e, ficam impossibilitados de frequentarem os cursos regulamentares.

Urge salientar Senhor Governador que com esta providência, atenderemos em média 20 (vinte) estudantes que necessitam trafegar por áreas rurais não abrangidas pelo transporte coletivo.

## REQUERIMENTO N° 1509

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, solicitando uma Kombi para o atendimento na área educacional do Município de São Jorge do Patrocínio.

Sala das Sessões, em 31.05.93.

(a) NILTON BARBOSA

## JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação repousa na imensa dificuldade para a locomoção de alunos de 1° e 2° graus, que residem em áreas rurais distantes da Sede do Município e, ficam impossibilitados de frequentarem os cursos regulamentares.

Urge salientar Senhor Governador que com esta providência, atenderemos em média 20 (vinte) estudantes que necessitam tra-

fegar por áreas rurais não abrangidas pelo transporte coletivo.

## REQUERIMENTO N° 1510

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública e Diretor Geral da Polícia Civil, solicitando a liberação de 01 (uma) Viatura para a Polícia Civil do Município de Altônia.

Sala das Sessões, em 31.05.93.

(a) NILTON BARBOSA

## JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, tendo em vista o setor da administração Municipal que mais tem preocupado é o relativo à segurança, eis que tem crescido, nos momentos de crise econômico-financeira, o número de ocorrência policial. O trabalho prestado à população, está deixando muito a desejar, em face da pouca infra-estrutura, incluindo a carência de viaturas para atendimento de chamadas.

Considerando ainda, que são grandes as áreas a serem cobertas pelos policiais, o que não é possível sem um veículo.

## REQUERIMENTO N° 1511

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública e Diretor Geral da Polícia Civil, solicitando a liberação de 01 (uma) Viatura para a Polícia Civil do Município de Francisco Alves.

Sala das Sessões, em 31.05.93.

(a) NILTON BARBOSA

## JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, tendo em vista ser o setor da administração municipal que mais tem preocupado é o relativo à segurança, eis que tem crescido, nos momentos de crise econômico-financeira, o número de ocorrência policial. O trabalho prestado à população, está deixando muito a desejar, em face da pouca infra-estrutura, incluindo a carência de viaturas para atendimento de chamadas.

Considerando ainda, que são grandes as áreas a serem cobertas pelos policiais, que não é possível sem um veículo.

## REQUERIMENTO N° 1512

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública e Diretor Geral da Polícia Civil, solicitando a liberação de 01 (uma) Viatura para a Polícia Civil do Município de São Jorge do Patrocínio.

Sala das Sessões, em 31.05.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, tendo em vista ser o setor da administração municipal que mais tem preocupado é o relativo à segurança, eis que tem crescido, nos momentos de crise econômico-financeira, o número de ocorrência policial. O trabalho prestado à população, está deixando muito a desejar, em face da pouca infra-estrutura, incluindo a carência de viaturas para atendimento de chamadas.

Considerando ainda, que são grandes as áreas a serem cobertas pelos policiais, o que não é possível sem um veículo.

REQUERIMENTO N° 1513

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública e Diretor Geral da Polícia Civil, solicitando a liberação de uma Viatura para a Polícia Civil do Município de Icaraíma.

Sala das Sessões, em 31.05.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, tendo em vista ser o setor da administração municipal que mais tem preocupado é o relativo à segurança, eis que tem crescido, nos momentos de crise econômico-financeira, o número de ocorrência policial. O trabalho prestado à população, está deixando muito a desejar, em face da pouca infra-estrutura, incluindo a carência de viaturas para atendimento de chamadas.

Considerando ainda, que são grandes as áreas a serem cobertas pelos policiais, o que não é possível sem um veículo.

REQUERIMENTO N° 1515

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após mani-

festação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública e Diretor Geral da Polícia Civil, solicitando a liberação de uma Viatura para a Polícia Civil do Município de Iracema do Oeste.

Sala das Sessões, em 31.05.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, tendo em vista ser o setor da administração municipal que mais tem preocupado é o relativo à segurança, eis que tem crescido, nos momentos de crise econômico-financeira, o número de ocorrência policial. O trabalho prestado à população, está deixando muito a desejar, em face da pouca infra-estrutura, incluindo a carência de viaturas para atendimento de chamadas.

Considerando ainda, que são grandes as áreas a serem cobertas pelos policiais, o que não é possível sem um veículo.

REQUERIMENTO N° 1516

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública e Diretor Geral da Polícia Civil, solicitando a liberação de uma Viatura para a Polícia Civil do Município de Guaporema.

Sala das Sessões, em 31.05.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, tendo em vista ser o setor da administração municipal que mais tem preocupado é o relativo à segurança, eis que tem crescido, nos momentos de crise econômico-financeira, o número de ocorrência policial. O trabalho prestado à população, está deixando muito a desejar, em face da pouca infra-estrutura, incluindo a carência de viaturas para atendimento de chamadas.

Considerando ainda, que são grandes as áreas a serem cobertas pelos policiais, o que não é possível sem um veículo.

REQUERIMENTO N° 1517

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER À MESA, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Celso Fernandes Ribeiro, Chefe do 9° Distrito Rodoviário Federal - D.N.E.R./PR. - solicitando a colocação de redutores de velocidade e sinalização adequada, na

BR-277 nos dois trechos de acesso ao Município de Irati, exatamente onde existem dois viadutos, em virtude do constante perigo de acidente, mormente para quem vem de Guarapuava que na indecisão adentra a rodovia onde veículos trafegam em alta velocidade.

Sala das Sessões, em 31.05.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1518

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado ofício dirigido ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, com intuito da liberação de materiais odontológicos para a municipalidade de Quinta do Sol.

Atualmente, não vem sendo possível atender a contento a todas as pessoas que necessitam de tratamento dentário. Os problemas enfrentados decorrem da falta de materiais mínimos até mesmo como trabalho preventivo.

Que essa Secretaria de Estado, avalie, na medida do possível, e dê o necessário respaldo a tão justa solicitação.

Sala das Sessões, em 31.05.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1519

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Heitor Wallace de Mello e Silva, digníssimo presidente do Banco do Estado do Paraná - BANESTADO, solicitando que determine aos gerentes das agências do banco que cumpram os dispositivos da Lei n° 9.997, de 03.07.92, que determina a prioridade de atendimento às pessoas que especifica.

Sala das Sessões, em 31.05.93.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

No afã de serem atendidos rapidamente, o que normalmente não acontece, os clientes ou não do BANESTADO, buscam desde as primeiras horas da manhã a garantia de um bom lugar nas filas de centenas de metros que se formam antes do início do expediente.

Já que este problema das filas, pelo que se pode perceber, não será de fácil solução, o que se pede é que pelo menos com relação às pessoas abrangidas na Lei n° 9.997, o atendimento seja melhorado.

REQUERIMENTO N° 1521

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Maurício Requião de Mello e Silva, digníssimo Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, no sentido de que seja liberado recursos para a ampliação da Escola Estadual do Parque Jabuticabeira, Ensino de 1° Grau, no Município de Umuarama.

Do aprovado, requer a comunicação ao Prefeito Municipal, Antônio Romero Filho, ao Presidente da Câmara Municipal, José Evangelista de Albuquerque e a Diretora Idaie Caetano Rodrigues, daquele estabelecimento.

Sala das Sessões, em 31.05.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A referida escola não comporta mais crianças para estudarem nas 1.ª a 4.ª séries diurno e 5.ª a 8.ª séries noturno.

Funciona em quatro períodos e não possui local adequado para as aulas de Educação Física e prática de esportes, tendo necessidade da construção de uma quadra iluminada para atender tanto os alunos da Escola Municipal Vinícius de Moraes, que atende da 1.ª a 4.ª séries.

REQUERIMENTO N° 1522

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Jamil Haddad, digníssimo Ministro da Saúde, no sentido de que seja revisto o conteúdo da Portaria Ministerial n° 3046/82 e seus efeitos nos municípios brasileiros, mormente aqueles em que no último censo, houve redução sensível do índice populacional.

Do aprovado, requer comunicação aos Vereadores Wilson Roberto Simões e Ivan José Cardoso Frey, da Câmara Municipal de Umuarama.

Sala das Sessões, em 31.05.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Transcrevo palavras usadas pelos nobres Vereadores de Umuarama, na certeza de que desta forma, estaremos traduzindo o anseio de toda a comunidade, não só de Umuarama e região, mas de todos os que se utilizam do Sistema Único de Saúde - SUS, nos municípios cujo índice populacional aferido pelo censo, decresceu vertiginosamente.

"A população sobre o cumprimento, na íntegra, da Portaria Ministerial n° 3046/82, que vem dificultando o acesso da população aos serviços médico-hospitalares da cidade de Umuarama e região, pois a referida portaria tem por único parâmetro o

Índice populacional.

Ressalte-se que, de acordo com o último censo realizado, a nossa população regional foi que obteve a maior queda a nível de Estado, prejudicando quantitativamente as quotas de internações hospitalares...

Não está sendo levada em consideração a posição geográfica do município de Umuarama, o que facilita a vinda de pessoas do Paraguai, do Mato Grosso do Sul e de outras regiões, assim também não se considera a qualidade das estruturas físicas, muito menos o bom nível de resolutividade médico-hospitalar existente.

Convém salientarmos que Umuarama, ao contrário de outras cidades, como Maringá, Londrina e Curitiba, não conta com vários convênios, alternativas, além disso, a nossa renda "per capita" é uma das mais baixas do Estado, sendo Sistema Único de Saúde - SUS, praticamente, a única opção de atendimento médico-hospitalar.

Tal situação vem gerando conflitos entre prestadores de serviço da área de saúde e usuários, assim como o sucateamento da rede hospitalar, podendo ocasionar um colapso a curto prazo."

#### REQUERIMENTO N° 1523

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Murilo de Avellar Hingel, digníssimo Ministro de Estado da Educação e do Desporto, no sentido de que seja viabilizado a liberação de Cr\$ 520.000.000,00 (quinhentos e vinte milhões de cruzeiros), destinados a implantação do Ensino Pré-Escolar no Município de Cafezal do Sul.

Do aprovado, requer ainda, a comunicação ao Prefeito Municipal, Moisés Mendes Sanches (Av. Willie Davids, 796) e ao Presidente da Câmara Municipal, Vereador Célio da Silva (Av. Willie Davids, 796).

Sala das Sessões, em 31.05.93.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

Cafezal do Sul, Município novo, recém-desmembrado de Iporã, região Noroeste do Estado do Paraná, está aos poucos estruturando os seus serviços na área social. Conta com escolas municipais e estaduais, creches, posto de saúde e precisa urgentemente implantar o Ensino Pré-escola para oferecer as suas crianças melhores condições de aprendizado.

#### REQUERIMENTO N° 1524

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o

envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Mário Pereira, digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja determinado ao Departamento de Estradas e Rodagem - DER, a construção de uma ponte sobre o Rio Claro, na Estrada Figueira, em Engenheiro Beltrão.

Do aprovado, requer ainda, seja comunicado o ilustre Prefeito Municipal, José Orlando Romeiro (Av. Manoel Ribas, 160 - CEP 87.280-000) e ao Presidente da Câmara Municipal (mesmo endereço).

Sala das Sessões, em 31.05.93.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO N° 1525

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Nizan Pereira de Almeida, digníssimo Secretário de Estado da Saúde, no sentido de que seja viabilizado a instalação de um "kit" de aparelhos para Fisioterapia, num dos Postos de Saúde, no Município de Icaraima.

Do aprovado, requer ainda, seja comunicado ao Prefeito Municipal, Senhor João de Paula e aos Senhores Vereadores Admilde de Souza, Gelson Ferreira Torres, José Carlos Manzoni e Elias Pereira de Almeida, da Câmara Municipal (Av. Hermes Visoto, 620).

Sala das Sessões, em 31.05.93.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

A necessidade é devido a grande quantidade de pessoas adultas, crianças, adolescentes e principalmente idosos, que precisando deste tratamento e não possuindo condições financeiras, têm que procurar outros centros que distam a 100 km, ou permanecem inválidos e/ou doentes, sem atendimento.

#### REQUERIMENTO N° 1526

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Maurício Requião de Mello e Silva, digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a reforma geral do prédio da Escola Estadual Levy Gonçalves de Oliveira - Ensino de 1° Grau Regular e Supletivo, no Município de Iporã.

Do aprovado, requer ainda, a comunicação ao Prefeito, Salvador Caetano Silva, a Vereadora Maria Aparecida Zago Udenal, e ao Presidente da Câmara, Vereador Dorival Passarela.

Sala das Sessões, em 31.05.93.

(a) NELSON GARCIA

## JUSTIFICATIVA:

Considerando que o prédio onde funciona a Escola Estadual Levy G. de Oliveira - Ensino Regular de 1º Grau e Supletivo de Iporã, se encontra necessitando de reformas urgentes que venha a adequá-lo ao uso a que se destina, sugerimos a FUNDEPAR - Fundação Educacional do Estado do Paraná, que determine com urgência a realização das referidas obras que se fazem necessárias, para dar um bom funcionamento do referido estabelecimento de ensino, uma vez que a escola regular de 1.<sup>a</sup> a 8.<sup>a</sup> série regular, e supletivo fase II, conta com 1.480 alunos em três turnos, sala de educação especial DM, DA e DV.

## REQUERIMENTO N° 1529

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a restauração da rodovia estadual PR-417, que liga os Municípios de Curitiba e Colombo.

Sala das Sessões, em 31.05.93.

(a) ALGACI TÚLIO

## JUSTIFICATIVA:

É verdadeiramente lamentável o estado em que se encontra a PR-417, que liga os municípios de Curitiba e Colombo, chamada "Rodovia da Uva".

Via de grande fluxo de veículos, a Rodovia da Uva vem oferecendo sérios riscos aos que por ali trafegam, por seu péssimo estado de conservação. Além disso, se faz urgente a construção de terceiras pistas, desde o bairro de Santa Cândida, em Curitiba, para desafogar o intenso tráfego pela referida Rodovia.

Segundo dados dos órgãos oficiais, pela Rodovia da Uva circulam, diariamente, mais de três mil veículos, principalmente ônibus de transporte coletivo e caminhões, que buscam a saída pela BR-116.

Diante disto, confiamos nas providências da Secretaria de Estado dos Transportes para imediata restauração da PR-417, entre os Municípios de Curitiba e Colombo.

## REQUERIMENTO N° 1530

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial da Assembléia Legislativa ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a restauração da Estrada da Graciosa.

Sala das Sessões, em 31.05.93.

(a) ALGACI TÚLIO

## JUSTIFICATIVA:

A estrada da Graciosa é um dos primeiros caminhos do Estado do Paraná. Ligando o litoral à Capital do Estado, a Graciosa atravessou os anos como um monumento à beleza natural do Paraná.

Entretanto, nos últimos anos, optar pela Graciosa para chegar ao Litoral, ou vice-versa, se transformou numa verdadeira aventura. Os problemas na pista ameaçam os veículos que por ela transitam e, não raramente, a crônica jornalística assinala acidentes ocorridos em função do seu péssimo estado de conservação.

Pela importância histórica da Graciosa, confiamos nas providências da Secretaria de Transportes para sua urgente recuperação, possibilitando que volte a ser transitada por paranaenses e turistas interessados em conhecer as belezas naturais do nosso Estado.

## REQUERIMENTO N° 1531

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo ao Excelentíssimo Senhor Secretário Estadual dos Transportes, solicitando providências para restauração da Rodovia dos Minérios, entre os Municípios de Curitiba e Rio Branco do Sul.

Sala das Sessões, em 31.05.93.

(a) ALGACI TÚLIO

## JUSTIFICATIVA:

Realmente tem se constituído uma perigosa aventura transitar pela Rodovia dos Minérios, entre Curitiba e Rio Branco do Sul, em função do péssimo estado de conservação daquela via, e do elevado número de veículos que a utilizam.

É urgente a recuperação asfáltica da rodovia, bem como a construção de terceiras pistas para o tráfego lento entre os municípios de Almirante Tamandaré e Rio Branco do Sul.

A medida há muito tempo vem sendo objeto de reivindicações por parte da comunidade local, sem, entretanto, uma providência concreta por parte da Secretaria dos Transportes.

Vale destacar a importância da Rodovia dos Minérios como canal de transporte da produção mineral de Rio Branco do Sul e Almirante Tamandaré, além de ser via essencial para a comunicação com a capital do Estado.

## REQUERIMENTO N° 1504

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais e após ouvido o Douto Plenário, REQUER, seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, para

que determine à Sanepar o atendimento ao seguinte Pedido de Informações:

1 - Por quê a tarifa da Sanepar, em 1992, foi reajustada em 1.648,05% quando o índice IGP/FGV foi de apenas 1.158,95%?

2 - Este fato seria o gerador do lucro operacional acusado no balanço da Sanepar, superior a 27 milhões de dólares em 1992?

3 - Como se explica uma redução de endividamento da Sanepar, em 1992, em relação ao exercício anterior. Qual o perfil da dívida em 1991 e como ficou em 1992. A redução divulgada pela presidência da Sanepar, em nota a imprensa, se deu exatamente onde e para quais credores.

Sala das Sessões, em 31.05.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### JUSTIFICATIVA:

Temos motivo de muita preocupação com as notícias veiculadas pela imprensa, sobre os resultados do balanço da Sanepar. Passamos um ano difícil, com achatamento salarial, perda do poder aquisitivo do consumidor e constantes reclamações em relação a Sanepar. A notícia de um fantástico lucro operacional, aliada a um absurdo reajuste da tarifa acima dos níveis da inflação, nos leva a considerar importante que o Governo do Estado instrua a Sanepar para nos atender quanto a este Pedido de Informações!

#### REQUERIMENTO N° 1538

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o registro nos anais desta Assembléia Legislativa do artigo "A Peregrinação Partidária", do advogado o professor René Ariel Dotti, publicado no jornal o Estado do Paraná - edição de 30.05.93 - página 2-, cópia em anexo.

Sala das Sessões, em 31.05.93.

(a) DIRCEU MANFRINATO

#### Projetos de Lei:

##### PROJETO DE LEI N° 213/93

À Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação Coro Itálico do Paraná", com sede e foro na cidade de Curitiba, no Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.05.93.

(a) ANIBAL KHURY

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação Coro Itálico do Paraná, fundada em 02 de junho de 1988, tem por finalidade precípua, a divulgação e apren-

dizado da música coral, bem como, difundir a língua e cultura italiana, promovendo o intercâmbio com instituições similares.

A proposta de declaração de Utilidade Pública a esta Associação, vem reconhecer seus caracteres artísticos, cívicos, culturais e religiosos, visando um trabalho harmônico e integrado, em prol do bem estar da coletividade.

Sendo assim, propomos o referido Projeto de Lei, contando com o apoio dos Nobre Pares com assento nesta Casa.

##### PROJETO DE LEI N° 214/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criado o Conselho Estadual de Turismo, órgão de caráter consultivo que tem como fundamento de suas atividades a efetiva participação comunitária na administração pública estadual no que concerne a implantação de uma política de turismo no Estado do Paraná.

Art. 2° - As atividades do Conselho serão voltadas exclusivamente a elaboração de propostas de planejamento turístico imediato, a curto, médio e longo prazo no Estado do Paraná.

§ 1° - O aludido no Caput deste artigo deverá ater-se ao que segue:

- a - Concepção e efetivação de estratégias desenvolvimentistas do turismo;
- b - Fixação de objetivos e metas;
- c - Adequação de infra-estrutura;
- d - Implementação de marketing turístico;
- e - Apoio integral a organização no setor público;
- f - Apoio integral ao setor privado.

§ 2° - O objetivo das propostas, de acordo com o Caput deste artigo, visam a expansão do setor turístico e conseqüentemente:

- a - Garantir o fenômeno turístico paranaense como setor produtivo, gerador de empregos e riquezas;
- b - Promover o lazer da população paranaense;
- c - Melhorar e ampliar a infra-estrutura turística;
- d - Preservar, melhorar e aproveitar os atrativos turísticos paranaenses em todas as duas nuances;
- e - Conservar e enriquecer o patrimônio turístico, ecológico, histórico e cultural;
- f - Desenvolver as áreas turísticas estagnadas;
- g - Maximizar receitas do turismo receptivo;
- h - Redistribuição e aplicação da renda turística na própria área;
- i - Levantamentos e pesquisas sobre a

realidade turística paranaense.

Art. 3º - O Conselho Estadual de Turismo do Paraná terá como função:

01 - Integrar a comunidade paranaense e o Poder Executivo do Estado na busca de subsídios para a implementação de uma real política de turismo no Paraná;

Parágrafo Único: Esta integração pressupõe tanto levar ao Estado, através de seu órgão específico, todas as reivindicações da comunidade, como a apresentação de planos turísticos a serem implementados, para debate e posterior aplicação.

02 - Contribuir com o Poder Executivo na elaboração e na implantação do Plano Estadual de Desenvolvimento Turístico;

03 - Acompanhamento e análise de projetos do Governo voltados ao turismo paranaense;

04 - Elaboração de projetos e programas específicos voltados ao fenômeno;

05 - Promover gestões junto à iniciativa estadual para montagem e implementação de campanhas promocionais cooperativas;

06 - Colaborar com os órgãos municipais de turismo na elaboração de calendários de eventos;

07 - Orientar e assessorar prefeituras de municípios com potencial turístico;

08 - Auxiliar e apoiar iniciativas municipais de caráter público e privado que objetivem o desenvolvimento turístico no Paraná;

09 - Promover gestões para captação de novos investimentos para o setor;

10 - Auxiliar na elaboração do inventário da oferta turística;

11 - Auxiliar na promoção de campanhas de defesa do patrimônio turístico paranaense;

12 - Apoiar de forma integral, prioritariamente, os Conselhos Municipais de Turismo, incentivando a sua criação em outros municípios com potencial.

13 - Apoiar, também, a criação e o desenvolvimento de atividades das comissões municipais de turismo a quem caberá executar e coordenar proposições e empreendimentos gerados pela população de cada setor turístico nos municípios, sob supervisão dos conselhos municipais;

14 - Supervisionar todas as atividades relacionadas direta ou indiretamente ao turismo no Estado do Paraná.

Art. 4º - O Conselho Estadual de Turismo será constituído por técnicos em turismo e por pessoas com atuação profissional diretamente relacionadas à área, e representantes do setor turístico, além de representantes dos poderes públicos, que serão devidamente nomeados em cargos a serem criados.

§ 1º - Da estruturação do Conselho constará sempre a figura de um presidente,

que terá a função de coordenação do grupo, e de um secretário, com as funções executivas da entidade.

§ 2º - Não caberá, em hipótese alguma, a nenhum dos integrantes do Conselho, o pagamento de salário ou subsídio de qualquer espécie, a título de pagamento por suas atividades que pressupõe o caráter de voluntariado na busca de soluções e alternativas para o desenvolvimento turístico no Estado.

Art. 5º - Na constituição do Conselho terão participação efetiva como conselheiros, um representante do Governo do Estado, um representante membro da Comissão de Turismo da Assembléia Legislativa, um representante da Federação das Associações Comerciais e Industriais do Estado, um representante do Sindicato dos Guias de Turismo do Estado, um representante do Sindicato Patronal de Turismo, um representante do Sindicato dos Empregados em Turismo ou similar, um representante do Sindicato das Agências e Operadoras de Turismo, um representante de entidade representativa de grupos ecológicos, um representante de órgão representativo de entidades turísticas municipais e um representante da Embratur.

§ 1º - O Conselho não terá um mínimo pré-determinado de membros, o qual poderá variar na medida em que representantes de outros órgãos representativos relacionados ao setor turístico, venham, a critério da entidade, a ser convidados para que dela façam parte.

§ 2º - A duração do mandato dos componentes do Conselho não poderá ser superior a dois anos ou, se for o caso, não poderá o conselheiro nomeado continuar como tal se expirado o mandato à frente do órgão que esteja representando na entidade, devendo ser substituído AD REFERENDUM por seu sucessor.

Art. 6º - Uma vez constituído, com o máximo de representatividade possível, e o envolvimento de todos os segmentos representativos, direta ou indiretamente envolvidos com o fenômeno turístico estadual, o próprio Conselho regulamentará as atividades da entidade, critérios e normas a serem seguidas, inclusive quanto a duração do mandato de cada um de seus componentes, o número de participantes e a forma de suas indicações, bem como prioridades a serem observadas.

Art. 7º - O Governo do Estado dará garantias plenas e ideais, bem como viabilizará condições para que o Conselho Estadual possa realizar reuniões e implementar atividades, assegurando à entidade meios que culminem com o fim a que se propõe.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



Sala das Sessões, em 31.05.93.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

**JUSTIFICATIVA:**

Vale aqui destacar o turismo como uma das alavancas impulsionadoras do desenvolvimento municipal, estadual, regional e nacional. Primeiramente porque gera renda, segundo por garantir empregos, direta e indiretamente, terceiro, porque são inúmeros os tributos recolhidos aos cofres públicos, e quarto, porque é fator gerador de riquezas em todos os níveis.

Atualmente não se pode identificar a chamada indústria sem chaminé ou indústria sem poluição, como uma única atividade econômica, mas um grande agregado de atividades produtivas inseridas em diferentes outros setores, como o comércio, a agricultura, a indústria e de serviços, que produzem múltiplos diferentes resultados produtivos. É um verdadeiro ciclo de prosperidade econômico-social, ainda pouco explorado no Paraná, pela falta de uma política de turismo eficaz.

E, é isso que se faz necessário. Criar condições para que a atividade turística como um todo venha a garantir divisas para os municípios do Paraná. Para isto se faz indispensável também, criar-se um órgão não governamental, mas que tenha também sua participação: um Conselho Estadual de Turismo, com o objetivo de orientar os órgãos públicos voltados ao turismo, apresentando sugestões que contribuam decisivamente para a dinamização do fenômeno turístico no Paraná, bem como supervisione planos e propostas passíveis de aplicação prática, e todo processo de planejamento que só será completo se todas as etapas de execução obedecerem, rigorosamente, a ordem de prioridades estabelecidas, bem como a um cronograma de implementação, com o envolvimento institucional e comunitário em cada etapa.

Daí vir a se constituir o Conselho Estadual de Turismo num órgão congregador dos conselhos municipais de turismo, propostos na própria redação do presente projeto.

Diante do caráter econômico, social, cultural, ecológico, e da amplitude do presente projeto é que solicitamos o indispensável apoio dos Nobres Pares com assento nesta Egrégia Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) - Não há oradores no Pequeno Expediente, nem no Grande Expediente. Passamos ao Horário das Lideranças.

~~Não há oradores no Pequeno Expediente, nem no Grande Expediente. Passamos ao Horário das Lideranças.~~

Concedo a palavra ao Deputado Florisvaldo Fier, Dr. Rosinha, no Horário do Partido dos Trabalhadores.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Sra. e

Srs. Deputados:- Quando começamos a discutir a questão do transporte coletivo, seja ele municipal ou intermunicipal, vários fatores devem ser levados em consideração. Um dos fatores é a questão preço de tarifas, outro fator é a questão segurança no transporte e um outro é a qualidade no transporte, além de outros que poderão aparecer durante qualquer debate.

Mas, os fatores que geralmente mais envolvem a população, no debate, é o preço da tarifa, a segurança e a qualidade.

Nós recebemos várias queixas de usuários do sistema de transporte da região metropolitana de Curitiba, consta principalmente mal atendimento por parte de uma empresa, a Santo Antônio, e estes usuários já levaram as queixas a COMEC e até agora nenhuma providência foi tomada.

Já no dia 10 de abril de 1993, se coloca a questão de transporte deficiente, na questão de segurança, quando a trava da porta de um ônibus estava quebrada, e feita a queixa na COMEC não se tem resposta.

Não é só isso, mas é principalmente a questão da qualidade, ou seja, os ônibus da região metropolitana de Curitiba não estão em boa condição e não estão em boa conservação e não estão na quantidade suficiente para a demanda da população.

Existem ônibus circulando superlotados, deixando os passageiros nos pontos, fazendo com que eles cheguem atrasados no serviço, e assim têm o seu dia descontado. São ônibus cujo estado de conservação não é adequado para o transporte, fazendo com que em alguns tenha chovido dentro no período de chuva, fazendo com que outros poluam o ambiente com excesso de fumaça.

Nós temos recebido já várias denúncias no nosso gabinete, e nós desta Tribuna queremos cobrar da COMEC, em nome do Partido dos Trabalhadores, que desempenham uma ação mais séria na fiscalização da qualidade do transporte coletivo da região metropolitana; que desempenhe uma fiscalização mais séria na segurança desses ônibus, porque um ônibus inseguro pode trazer muitas vítimas. Nós queremos cobrar da COMEC cobrando dela, da coordenadoria da região metropolitana uma ação mais séria e concreta em cima da fiscalização, da qualidade e da segurança dos transportes coletivos.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Horário das Lideranças a palavra com o PDT. Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sra. Deputada. (Lê):

"Alguns dizem que a palavra certa é "Enfarte". Outros que é "Enfarto". Os di-

cionários dizem que uma e outra vale e significa a mesma coisa: "necrose provocada por falta de circulação vascular; ato ou efeito de enfartar ou enfartar-se. Injurgitamento, inchaço. Necrose de coagulação, circunscrita, de um órgão, em consequência da obliteração de uma artéria".

Traduzindo em miúdos: enfarto, ou enfarte acontece quando num organismo vivo, ocorre a eliminação, a supressão, o trancamento de uma artéria e sobrevem o perecimento, ou a morte do tecido dentro do organismo.

Isto é comum no corpo humano, mas enfarte pode ocorrer também em outros corpos vivos. Como dentro da sociedade. Porque esta é composta de muitos corpos. E todos vivos. Por exemplo os poderes: legislativo, judiciário e executivo. E dentro destes - que são os grande corpos da nação democrática, existem outros, médios e pequenos corpos. Como educação, transporte, segurança, agricultura, etc. Como ocorre dentro do corpo humano - quando uma ou mais artérias são eliminadas, este passa a ser incompleto para suas funções. Passa a ter dificuldades para respirar para executar tarefas mais pesadas, etc, também uma sociedade, quando tem suas artérias bloqueadas, passa a ter dificuldade até para respirar e quem mais sofre são os pequeninos órgãos que dependem destas.

Em última análise, os membros desta sociedade. O povo. E dentro deste os mais fracos. Os mais desvalidos: as crianças, os velhos, os deficientes, os injustiçados. Mas existem outros termos que não ensinam tanta discussão, quanto o enfarte. Por exemplo "PARIR", que significa "dar a luz; expelir do útero o ser concebido; produzir; causar".

Também assim o termo "GRÁVIDO" - cujo significado é "que está em estado de gestação; prenhe; pejado; cheio; carregado; repleto; pesado".

Quando pensamos nestas duas palavras "PARIR e GRÁVIDA" ligadas à mulher, encerram elas uma grande beleza. São mesmos sublimes pois que representam o supremo milagre do criador: o estado de gestação e o nascimento do ser humano.

Porém, quando são elas usadas com ironia. Quando são geradas dentro da maldade que, infelizmente, habita dentro do homem, tornam-se palavreado chão, baixo, indigno que tem a personalidade daquele que os usa.

Na última 5.<sup>a</sup> feira, no início de nosso programa diário na Rádio Clube, fomos informado por um assessor direto do Senhor Governador do Estado, de que este teria sofrido um mal estar no coração e em consequência teria sido levado ao hospital, no dia antes.

Sem duvidar do informante - pessoa

digna e nossa velha conhecida - mas sentindo a gravidade do fato porque, afinal tratava-se da pessoa da maior importância e responsabilidade para o nosso Estado - procuramos, de imediato, a confirmação da notícia. Divulgamos sim, que o Governador teria sofrido uma indisposição e que iríamos buscar a confirmação. Logo voltamos a informar que o que havia acontecido e nossa preocupação era válida, afinal o Estado e o governo do Paraná estão em crise - dizíamos então "graças a Deus foi apenas uma subida de pressão provocada pela discussão com seu auxiliar Fabiano Campana".

Não usamos de sensacionalismo ao dar a notícia. Usamos de respeito com a pessoa humana. Aliás como fazemos com qualquer pessoa, até mesmo com qualquer marginal que sofra qualquer mal de fundo humano. E o que recebemos do Senhor Governador Roberto Requião de Mello e Silva?

Fomos distinguido, em entrevista concedida ao vivo à mesma rádio, com a seguinte expressão, dignas de meninos de rua que, no sub-mundo formam seu vocabulário mas nunca de um Governador de Estado:

"Eu soube que o Algaci Túlio noticiou que eu estava enfartado. O Algaci Túlio, ao parir a notícia do meu enfarto estava era grávido do banqueiro Zé Eduardo."

GOVERNADOR ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, eu quero usar esta tribuna, conquistada pelo voto direto do povo do Paraná em respeito a vida de dignidade que temos vivido; quero, desta Casa do Povo do Paraná, lhe pedir desculpas. Estava eu equivocado e fui até certo ponto ingênuo ao noticiar que, PODERIA Vossa Excelência ter sido acometido de uma ameaça de enfarto.

Eu me enganei. SENHOR GOVERNADOR REQUIÃO, a situação é diferente, bem diferente.

VOSSA EXCELÊNCIA NÃO SOFREU UM ENFARTO, VOSSA EXCELÊNCIA ESTÁ CAUSANDO UM GRANDE ENFARTO NO ESTADO DO PARANÁ.

O PARANÁ ESTÁ DOENTE, SENHOR GOVERNADOR REQUIÃO.

E precisa ser urgentemente levado para uma UTI, sob pena de precisar um transplante urgente.

O Paraná está enfartado em várias partes do seu corpo.

Está ENFARTADA na EDUCAÇÃO - os professores estão doentes de tanta injustiça amargando um salário de fome e a falta de respeito. Estão doentes as escolas, se conservação. Sem material didático. Está enfartados os alunos que agora vão sair sem sequer aprender a ler. Porque o Governador os condenou a não mais serem reprovados.

Está ENFARTADA A ECONOMIA do Estado com suas estradas abandonadas - a produção do Estado não pode ser escoada - a Ferro

-Oeste está paralisada - as artérias do Paraná estão entupidas - não passa o sangue do desenvolvimento e do progresso.

Está ENFARTADA A CLASSE DOS SERVIDORES PÚBLICOS - com salários defasados, desvalorizados, desmotivados pelas injustiças.

Está com um tremendo ENFARTO O SETOR DA SEGURANÇA PÚBLICA - Na Polícia Militar sai mais gente do que entra. Os salários pagos estão abaixo da crítica. O seu equipamento está sucateado. A discórdia mora dentro da gloriosa Polícia Militar do Estado. Seus membros - dignos e trabalhadores, estão em greve silenciosa, de dor e sofrimento pelas injustiças. Também a Polícia Civil vive a mesma doença. Seu quadro sofre de enfarto - está paralisado - congestionado e enquanto isso os marginais rolam. Nunca se viu tantos assaltos, tantos roubos. Tanta violência.

Enquanto isso a população paranaense clama por segurança sem saber que sua SEGURANÇA está ENFARTADA. Está na fila da UTI esperando ser atendida pelo médico maior - o GOVERNADOR ROBERTO REQUIÃO.

Está ENFARTADO O SETOR DE HABITAÇÃO. O povo está em desespero, ameaçado também de enfartar-se esperando a "CASA DA FAMÍLIA" prometida pelo Governador Requião.

E esse mesmo povo espera até hoje "A PANEIA CHEIA" - e cheio, prenhe, está de tanta promessa e tanta desfaçatez de seu governante maior.

E o povo do Paraná, engravidado com tantas promessas do Governador Requião, está abandonando a zona rural - pela falta de apoio total à lavoura - e está inchando a zona urbana. E o povo da cidade está prestes a parir violência, porque não aguenta mais tantas invasões, de terras e de direitos. Não aguenta mais o aumento de meninos de rua. Não aguenta mais ver tanta injustiça com os "sem terra", com os "sem teto", com os "sem alimento", com os "sem justiça".

E os empresários paranaenses estão à beira de um ENFARTO pela falta de força, de respeito, na esfera federal ao Governo do Paraná. Bilhões de dólares são perdidos pela não duplicação da ferrovia Paranaguá-Curitiba - pela não complementação do trecho rodoviário da PR-101 - perdemos o mercado, nacional e internacional com Uruguai e Argentina - pela doença crônica do Governo do Estado, preocupado em parir notícias falsas e mostrar o que não é.

Desculpe-nos, Governador Requião - o ENFARTO ERA EM OUTRO LUGAR. Ou em milhares de artérias deste grande corpo, que é o Paraná.

O tempo é pouco para enumerá-los todos. Mas não podemos esquecer do ENFARTO MAIOR - o da JUSTIÇA.

Há quase 30 dias que o povo do Paraná

se atormenta por esse grande enfarto e não vê nenhuma medida saneadora. O PARANÁ ESTÁ SEM JUSTIÇA. ESTÁ À MERCÊ DE UM ESTADO SEM DIREITO.

Os membros do JUDICIÁRIO estão vendo suas esperanças de salvação minguaem. ESTÃO VENDO UM ESTADO DESGOVERNADO.

E não vamos falar, GOVERNADOR REQUIÃO, da situação crítica da Saúde, da lavoura. Mas estão todas essas importantes artérias bloqueadas, ENFARTADAS por VOSSA EXCELÊNCIA SENHOR GOVERNADOR.

Não sou, ALGACI TÚLIO que estou grávido do banqueiro Zé Eduardo. Porque ele, homem digno, íntegro, trabalhador, não costuma fazer filhos espúrios. Está ele procurando, como Ministro de Estado, parir medidas saneadoras para o país. Está tentando recuperar este nosso Brasil. Está dando exemplo de como um governante deve se portar e o que deve falar. Tenho orgulho de tê-lo como amigo. Como também de ser cliente preferencial do BAMERINDUS. Como do BANESTADO. Sei respeitar os estabelecimentos bancários. Pois quem um dia foi um bancário tem que respeitá-los. Foi esse o meu segundo emprego com carteira assinada, dentro da minha vida onde a honradez, a dignidade e o respeito estão acima de todos. Nunca me vendi, GOVERNADOR REQUIÃO, COMO NUNCA COMPRI. Minha dignidade de comunicador não tem preço. Por isso mesmo já fui despedido de vários canais de televisão - de rádios - mas mantive intacta minha dignidade.

Para parir as notícias que dou, Governador, eu procuro engravidar em órgãos de comunicação do maior respeito - que aliás noticiaram o seu falso "enfarto". Jornais do maior respeito como Gazeta do Povo, Folha de Londrina, de São Paulo, e tantos outros.

É aí que engravidado para dar notícias verdadeiras ao povo e ele tem sabido me recompensar. Me fazendo Vereador, Deputado, Vice-Prefeito de Curitiba e Prefeito interino por 22 vezes.

E Vossa Excelência, Governador Requião, onde tem engravidado para fazer tantos filhos espúrios.

Para causar tantos ENFARTOS neste corpo, que era tão sadio, o nosso querido ESTADO DO PARANÁ.

ESPERO SUA RESPOSTA, GOVERNADOR, em termos de Governador e não de menino de rua. Eu lhe respeito, Governador Requião, por isso exijo respeito, a minha condição de representante do povo e de cidadão.

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Faço essas considerações, como já disse, em consequência da maneira irônica, da maneira irresponsável como agiu o Governador do Estado e não apenas a este parla-

mentar, mas ao Presidente da Ordem do Advogados do Brasil, Secção do Paraná, quando do pedido de intervenção federal no Estado, da maneira como se portou diante de algumas colocações que não são concebíveis ao mandatário do Estado, especialmente do Estado do Paraná.

Por isso, não aceito calado, eu venho para resposta e convido o Governador para que venha para em repique também. A réplica eu tenho nesse instante, a tréplica fica a critério do Senhor Governador.

Não fui apenas eu quem deu a notícia do possível enfarte do Governador do Estado. Jornais, está aqui - Gazeta do Povo de sexta-feira: indisposição sofrida durante a madrugada de ontem pelo Governador Roberto Requião, o levou até o hospital, mas o chefe do Executivo já está recuperado e continua trabalhando.

Outros jornais também publicaram e por esta razão, com a preocupação repito, não com interesse de dar a notícia e até quem sabe alguém possa pensar, desejando mal pior para o Governador, pelo contrário, nós temos o maior respeito pela figura humana do cidadão Roberto Requião de Mello e Silva, podemos aqui nesta Casa, nos meios de comunicação, no nosso trabalho como político discordar de suas atitudes, mas nunca desejar que ele tenha qualquer mal, que venha sofrer qualquer problema na ordem de saúde.

Por isso, ao darmos a notícia, demos com preocupação e procuramos dar a notícia porque ela veio direta do Palácio Iguazu e eu, como jornalista, me reservo o direito, na questão de ética, de não dar a fonte de informação.

Não fosse assim, não teria dado a notícia, não fosse assim a Gazeta do Povo não teria dado a notícia e outros meios de comunicação também.

Eu não posso concordar e por isso não deixo passar em branco esta oportunidade para vir aqui e fazer a minha colocação. Se o governador não teve um enfarte, se teve apenas algum problema de saúde menor, o enfarte na verdade acontece neste Estado que está realmente na UTI e precisa urgentemente de mãos salvadoras, de inteligência para tirá-lo dessa situação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Solicitado pelo Deputado Geraldo Cartário, anunciamos a presença neste plenário do Presidente da Câmara de Vereadores do Município Fazenda Rio Grande, Sr. João Maria, juntamente com o Sr. Secretário de Educação, Anselmo Fausto. Registramos também a presença do vereador do Município de Ivaiporã, Sr. Miroslau Stresser.

No Horário da Liderança do PMDB, concedo a palavra ao Deputado Luiz Henrique Bona Turra.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Art. 114 da Constituição da República Federativa do Brasil é especialmente válido para circunstâncias atuais de relações entre os Poderes do Estado do Paraná.

"Art. 114 - Compete à Justiça do Trabalho conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta dos Municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União, e, na forma da lei, outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, bem como os litígios que tenham origem no cumprimento de suas próprias sentenças, inclusive coletivas."

Este artigo aplica-se, Sr. Presidente, Srs. Deputados, às circunstâncias de greve de parte da magistratura paranaense. Tivemos inicialmente um ato resolutivo do Poder Judiciário, da lavra da Presidência do Tribunal de Justiça, que buscava equiparação de remuneração entre os Srs. Desembargadores e os Deputados Estaduais. Contra esta resolução insurgiu-se o Poder Executivo, entendendo e teve a sua manifestação validada pelo Supremo Tribunal Federal que não poderia por resolução o Poder Judiciário elevar a sua própria remuneração. Em face do impasse à frente, o Poder Judiciário encaminhou ao Poder Legislativo do Estado do Paraná projeto de lei que buscava a validade da resolução por meio de legislação própria.

A Assembléia Legislativa, após exaustivos debates e exaustivos trabalhos, não só aprovou uma emenda ao projeto, como também aprovou a denominada lei da isonomia. A aprovação de duas leis, uma que regula remuneração dos Desembargadores e outra que define a paridade isonômica entre os Poderes, não foi suficiente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para pacificação das relações entre o Poder Judiciário e o Poder Executivo, e especialmente a pacificação das relações entre o Poder Judiciário e a comunidade paranaense.

Valho-me aqui de um texto da lavra do ex-Ministro do Trabalho, hoje Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, advogado trabalhista de nomeada, Dr. Almir Pazzianotto Pinto, que em recente manifestação no jornal Folha de São Paulo, intitulada "Servidores Públicos: Sindicalização e greve". Assim se reportava a matéria:

"Privados da possibilidade de celebrarem convenções ou acordos coletivos com seus superiores e desprotegidos do poder normativo da Justiça do Trabalho, o Sindicato de Servidores Públicos Civis encontram dificuldade em localizar seu espaço próprio, insistindo em se comportarem como sindicatos representantes de trabalhadores

de empresas particulares.

Ora, se a administração pública se rege pelo princípio da legalidade e as despesas com o pessoal não podem ultrapassar os limites fixados em lei complementar (Constituição da República, Art. 169). Resta saber - continua Almir Pazzianotto - se ocorrendo greve em serviço público, se pelo fato de não se encontrar regulamentado o dispositivo constitucional, estará a Administração impedida de recorrer ao Judiciário.

Ante o disposto pelo art. 5º, inciso 35 da Constituição, a resposta deve ser negativa". Tem o Poder Executivo e a Administração de um modo mais amplo a possibilidade, o poder de ter de recorrer à apreciação do Poder Judiciário. Diz Almir Pazzianotto:

"Afirma o dispositivo que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário, lesão ou ameaça a direito. No caso o direito pode ser tanto individual como coletivo, e segundo as disposições dos arts. 144, 196 e 205, segurança, saúde e educação constituem-se em direito de todos e dever do Estado, podendo, conseqüentemente, incorrer em responsabilidade a autoridade pública que, tendo o dever de assegurá-los, contribuir com a sua omissão, para que permaneçam interrompidos."

Mas, de modo especial, há a seguinte consideração do Ministro do Tribunal Superior do Trabalho: "O art. 114 da Constituição da República incumbiu a Justiça do Trabalho da conciliação e julgamento dos dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta dos municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União.

Encontrar-se-ia aqui - pergunta Almir Pazzianotto - fundamento para a Justiça do Trabalho conhecer dissídios coletivos envolvendo greves de servidores públicos civis?

Eu respondo. Afirmo que sim e por mais de um motivo. De uma parte, diante da impossibilidade de se negar acesso ao Judiciário, a administração pública, cujos serviços foram suspensos em virtude da paralisação dos servidores, afetando com maior ou menor intensidade a vida da comunidade, o legítimo interesse a ser defendido, sobretudo depois que a Constituição afirmou serem saúde, segurança, educação e transportes coletivos direitos de todos e dever do Estado.

De outra parte, havendo direito à prestação jurisdicional, se examinarmos as competências constitucionalmente deferidas aos demais órgãos do Judiciário, veremos que nenhum deles recebeu prerrogativa de conciliar e julgar dissídios, isto é, con-

flitos coletivos na administração pública direta e indireta dos Municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União.

Daí porque por estranho que a alguns possa parecer, é a Justiça do Trabalho o ramo deste Poder, apto a se pronunciar sobre a licitude da greve do servidor público civil".

Diante desta manifestação do Ministro, ex-advogado do Movimento Sindical de Trabalhadores, em São Paulo, e a par da iniciativa do Poder Executivo, que busca nas esferas da União da alta magistratura do País, a intervenção no Poder Judiciário, em face de uma greve que vai já para quase 30 dias, farei, no sentido de motivar e movimentar a Justiça do Trabalho no Estado do Paraná, junto ao Tribunal Regional do Trabalho, uma representação, no sentido de que o Tribunal Regional do Trabalho, conhecendo o conjunto de circunstâncias que fundamenta a greve movida por parte da magistratura paranaense, possa manifestar-se sobre a matéria e possa declarar a legalidade ou ilegalidade da greve deflagrada pela magistratura paranaense.

Creio, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que todas as iniciativas no sentido da pacificação das relações entre o Poder Judiciário, o Poder Executivo e também o Poder Legislativo, que votou matéria que buscava a solução da origem dos conflitos que deram nisso que aí temos, devem ser adotadas.

É por isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que reunidos na última quinta-feira, na última semana, no Fórum Sindical dos Servidores Públicos do Estado do Paraná, quando pudemos neste Fórum apresentar as motivações de voto que argüimos em Plenário, pela exclusão dos Senhores Parlamentares da Lei da Isonomia, tivemos um reconhecimento unânime por parte do Fórum Sindical dos Servidores Públicos de que as vinculações, e sobretudo as vinculações das carreiras jurídicas, significaria a ruína das finanças públicas do Estado. É mais importante do que isso: fomos incumbidos pelo Fórum Sindical dos Servidores Públicos, de, levando ao Chefe do Poder Executivo, um conjunto de reivindicações e apresentações dos trabalhadores do setor público, tivemos a notícia e transmito aqui aos demais Parlamentares que conosco estiveram naquela reunião, Deputado Paulo Maia, Deputada Emilia Belinati e Deputado Ernani Pudell, que o Chefe do Poder Executivo decidiu pelo recebimento do Fórum Sindical, em caráter formal, ainda na 1.<sup>a</sup> quinzena de junho, para que as questões relativas à Previdência Social, as questões relacionadas à remuneração dos servidores públicos, a implementação da Lei de Isonomia e um conjunto de outras preocupações dos servidores públi-

cos possam, democraticamente serem tratadas no âmbito do Fórum Sindical dos Servidores Públicos.

Mas, que afirmar, também, Senhor Presidente e Senhores Deputados, consultando sobre o tempo que me resta para concluir meu pronunciamento, quero manifestar que me preocupa, e me preocupa em muito, as manifestações que se dão fora do Fórum de Debates, que se constitui, aqui, na Assembléia Legislativa.

Tivemos a aprovação da Lei da Isonomia. Que significou a exclusão dos Senhores Parlamentares. E nós temos que reconhecer, Senhor Presidente e Senhores Deputados que em função dos motivos de voto que aduzimos em Plenário, não terem sido projetados para a opinião pública e em razão do debate ter-se dado numa perspectiva que me parece não coloca e não alcança o conjunto das matérias e questões que foram apreciadas aqui na Assembléia Legislativa.

Os Deputados voltam às páginas dos jornais, voltam às reportagens, sendo acusados como supermarajás e tendo sido inclusive instrumentos para uma nova crise que se abriu na semana passada, quando, à luz da remuneração que os parlamentares têm, aqui se acresce a subvenção social, bem como o ressarcimento das despesas.

Estamos Senhor Presidente, Senhores Deputados, novamente no centro de uma polêmica, que precisa merecer o debate nessa Casa, e a respeito eu quero lembrar a Vossa Excelência, como também aos demais pares, do conjunto de propostas que encaminhamos a então chapa, à Mesa Executiva da Assembléia, denominado "Plano Mínimo para o Desenvolvimento do Poder Legislativo", creio, deve o Poder Legislativo deter-se, após ter-se detido na Lei da Isonomia, na Lei de Previdência e também na definição de remuneração dos Desembargadores e dos membros do Ministério Público, deter-se no estudo, na análise e na remuneração dos próprios parlamentares. E entre as propostas básicas está: a proposta de que as verbas de subvenção social, como também as verbas ditas de ressarcimento das despesas, passem a ser operadas diretamente pelo Poder Legislativo e não mais pelos Senhores Parlamentares, porque o que se dissemina, quando se vincula a remuneração dos Senhores Parlamentares, é a somatória desse conjunto de verbas a própria remuneração que paga um super salário, que sobre todos os aspectos e formas é absolutamente inaceitável.

Então, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que na matéria de debates políticos nesta Casa, possamos apreciar um conjunto de medidas que revitalize o Poder Legislativo, que democratize as nossas relações com a sociedade, e que sobretudo, mantenham condições de dignidade para o

relacionamento com a comunidade e como também com os demais Poderes.

Porque não pode o Poder Legislativo, mais uma vez, ser a vítima de um processo que significa a degradação dos serviços públicos e da própria administração pública brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa registra com satisfação, e em atenção ao pedido do Deputado Nereu Moura, a presença dos Vereadores de Diamante do Sul, Senhor Cezar Kotrovski, Alcedir Dambrosi, Saturnino Silva, Lauro Campos, Dinir de Souza e Denir Silva, mais a presença do Senhor Luiz Kotrovski.

No Horário das Lideranças, consulto a Liderança do PSDB, se fará uso da palavra. (Declina).

Passamos a

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 2010/93, subscrito pelo Sr. Deputado Rossoni, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 27 do corrente mês, em função de compromissos em sua Região. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente, solicitando abono de falta para os Srs. Deputados Domingos Carvalho e Djalma de Almeida César, na Sessão Plenária do dia 26 próximo passado, em função de viagem ao Município de Pirai do Sul. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, com apoio do Sr. Deputado Carlos Simões, constante do expediente, solicitando dispensa do interstício, com vistas à realização de Sessões Extraordinárias em número suficiente para se ultimar a votação do Projeto de Lei nº 212/93, logo após a realização da presente Sessão. **Aprovado.**

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Voto contrário da Bancada PT.



O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Registra-se o voto contrário da Bancada do PT.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia da presente Sessão, ressalvadas as Proposições n.ºs. 26/92 e 20/93. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - da Proposição n.º 026/92, PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO de autoria dos Srs. Deputados Renato Adur e Durval Amaral, que altera o inciso IX, do art. 179, da Constituição Estadual, suprimindo-se a expressão "sem ônus para o orçamento da educação". Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO. **Em votação.**

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Com a palavra o Deputado Bona Turra.

O SR. BONA TURRA - Há pouco apresentei à Mesa Executiva e tive rejeitada, por força do Regimento Interno, o que seria uma proposta de substitutivo geral à Proposição 026/92.

Na votação em primeira discussão que tivemos da matéria, em ampla maioria esta Assembléia - entre os quais me incluo - votamos pela aprovação da emenda ao artigo 179 da Constituição do Estado. Até porque, esta emenda, reproduz os termos da Constituição Federal, quando não há na Constituição Federal menção expressa a dispositivo que se tem na Constituição do Estado, segundo o qual, os programas suplementares não se constituem ou constituem ônus para a educação. Diz a Constituição do Estado em seu texto atual: "... os programas suplementares de material didático-escolar; transporte; alimentação e assistência à saúde devem ser processados sem ônus para o Orçamento da educação."

A nossa emenda que teve de ser rejeitada pela Mesa ou não pôde ser acolhida, se baseava em duas preocupações fundamentais. A primeira, que já vem resolvida pela Constituição Federal e que buscava a expressão clara no texto da Constituição do Estado e que os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no artigo 179 inciso 9º, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários. Este é o texto do artigo 212 § 4º da Constituição Federal.

Portanto, na medida, Sr. Presidente, em que nós estivermos votando esta emenda como já votamos em primeira discussão, o cotejo com a Constituição Federal significará dizer que: "... os programas suplementares de alimentação e assistência não ingressam no Orçamento educacional." Portanto, aí, livra-se o Orçamento da educação dos municípios de um ônus adicional que, por força da Constituição Federal, devem ser mantidos a conta de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

Mas persiste, Sr. Presidente e Srs. Deputado, um problema. O conteúdo principal da emenda incorpora à Constituição do Estado uma preocupação que é uma preocupação real dos municípios, que significa onerar em demasia o Orçamento Geral do Município com o transporte escolar. O transporte escolar hoje por força da Constituição do Estado não ingressa na apuração dos 25% mínimos constitucionais necessários a serem destinados à educação. Pelo novo texto os dispêndios com transporte escolar, passam a ingressar - para efeito de cálculo, no Orçamento educacional e ingressam sem a definição de um limite. O que nós buscávamos era justamente estabelecer um limitador de um texto básico que consistiria no seguinte: o programa suplementar de transporte escolar poderá ingressar no cálculo previsto no artigo 175 até o limite de 10%, devendo a despesa excedente ser financiada com outros recursos orçamentários.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Há um dispositivo que é o dispositivo regimental. A consulta que faço nesse encaminhamento, Sr. Presidente, é sobre a possibilidade de ainda que havendo essa limitação que é uma limitação regimental, nós podemos ter a apreciação dessa emenda em definição que o plenário soberanamente, me parece, pode adotar, no sentido de estabelecer um limitador, um limitador a essa despesa.

Porque temos, Sr. Presidente, que a luta que nós estabelecemos e travamos na rua por um mínimo de 25% destinados pelos municípios e Estados à educação e 18% pela União, possam ruir por fraudes que possam ser oportunizadas por uma emenda que não estabeleça, com clareza, o limite permitido para ingresso no orçamento educacional dos dispêndios com transporte escolar. E esta questão se motiva, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando nós sabemos que em grande parte os municípios paranaenses e brasileiros não mantêm uma estrutura própria para o transporte escolar. Em grande parte fazem na base de contratos com o setor privado.

E fico imaginando se, por exemplo, aqui na capital ou em qualquer outro muni-



cípio do interior, o prefeito municipal, a partir de Lei própria, aprovada pela Câmara Municipal decide pela implantação do passe escolar, se também a Emenda que nós estamos aprovando, não abrigaria a possibilidade de patrocinar o passe escolar à conta do orçamento da Educação, com grande prejuízo aos objetivos de natureza fim do orçamento educacional. Porque nós todos sabemos o material didático escolar como também o transporte são de natureza meio, de natureza instrumental às atividades da Educação.

De natureza fim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, são as atividades que se desenvolvem em sala de aula, em laboratório, em biblioteca, são, enfim, as atividades que se relacionam diretamente com a Educação, enquanto as atividades de natureza meio ou instrumental, como transporte e material podem significar um ônus ao orçamento da Educação, muito além daquele razoável em países e estados subdesenvolvidos, como é o caso do Brasil e especificamente do Estado do Paraná, onde se carece, mais do que nunca, e mais do que em todos os outros locais de investimentos maciços, na área educacional.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a consulta que faço a Mesa é sobre a possibilidade do Plenário poder decidir pela reabertura desse debate, e isso o faço com base em manifestações oriundas da Associação dos Professores do Paraná, da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, da União Paranaense dos Estudantes de Ensino Superior, como também a União Paranaense de Estudantes de 1° e 2° Grau, todas entidades ligadas à questão educacional. Que de um lado compreendem as limitações e problemas com que se defrontam os municípios para os fins de apuração no mínimo de 25% para a educação, mas de outro se ocupam e se preocupam quanto aos resultados de uma aplicação desastrosa que se possa dar à frente, com graves prejuízos à Educação paranaense.

A consulta sobre se o Plenário não poderia decidir o acatamento, o recebimento desta Emenda a fim de que pudessemos aprofundar esse debate e tivéssemos a votação aqui de uma emenda que, pela sua natureza e origem tem compromissos com a Educação Pública. Porque basta dizer da representatividade e dos compromissos que tem o Deputado Durval Amaral, com quem, nos bancos universitários, travei a luta pelo ensino público e gratuito, em especial nas universidades de nosso Estado, o compromisso que tem o meu companheiro Líder, Renato Adur. A origem, a iniciativa preserva os interesses da educação pública, mas temos que observar a aplicação desta Emenda que pode ensejar graves danos e graves prejuízos e perdas à educação pública do Estado.

Estas eram as preocupações e este era o encaminhamento, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. RENATO ADUR (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Consolida-se no dia de hoje, as esperanças de pequenos e médios municípios do Paraná com a votação desta Emenda Constitucional que altera o inciso 9° do art. 179 da Constituição, possibilitando a inclusão do transporte escolar nas despesas relativas à Educação.

Inegavelmente somente quem conhece as necessidades de nossas pequenas e médias cidades do interior, como também da região litorânea, é capaz de avaliar o quanto de benefício esta proposição irá proporcionar aos estudantes de nossos municípios.

Atualmente, com a nossa economia amargando uma inflação de 30% ao mês, com a redução de um milhão e meio de dólares do nosso bolo de Fundo de Participação dos Municípios, por equívocos técnicos e políticos do IBGE, com os baixos preços alcançados pelos produtos agrícolas, as prefeituras municipais não conseguem angariar recursos para além dos 25% constitucionais com a Educação, lançar mais verbas para o transporte escolar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós entendemos a preocupação do Deputado Turra, e somos até favoráveis a ela. Entretanto, quando da votação da semana anterior, em primeira discussão desta emenda, foi nos dado um prazo regimental de cinco sessões, um interstício de cinco sessões, justamente para que pudessemos incluir essas emendas.

Foi surpresa para nós, Deputado Turra, conversarmos com os Deputados Ovídio, Dr. Rosinha, que essas emendas, Deputado Paulo, não tivessem sido incluídas ainda nesta emenda nossa da Constituição. Entretanto, vemos isso como uma emergência, é importante que se aprove e se regule este artigo da Constituição Estadual.

Portanto, propomos que seja votado hoje na forma regimental, e entraremos, a posteriori, com essas novas medidas também visando apenas readequar o que falta na seqüência do inciso 9° do artigo 179 da Constituição Federal.

Clamamos aos companheiros Deputados, que votemos hoje, encerrando esta etapa da discussão e que a posteriori façamos, em conjunto, após mais um estudo, uma nova proposição, regulamentando o que falta, o que puder ser feito.

Estranho porque esperava que essa emenda houvesse sido incluída hoje dentro deste projeto. Como o Regimento não permite que entremos hoje com mais essa emenda, e que nós temos que fazer a votação, eu poderia pedir ao Presidente para qu

adiasse para a votação de amanhã; entretanto, mesmo adiando para amanhã esta votação não permitirá que se incluam novas emendas.

Portanto, propomos aos Srs. Deputados que façamos a votação hoje, que aprovemos hoje esse projeto, e que após uma análise mais cuidadosa dessa emenda do Deputado Turra, façamos um outro estudo e com as assinaturas regimentais nós possamos dar entrada dessa nova emenda na Casa.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. NELSON GARCIA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, só para registrar aqui em nosso meio, a presença do Deputado Federal Luciano Pizzatto.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa registra também a presença do Vereador Levi Vilela, Vereador do Município de Teixeira Soares.

Para encaminhar a votação, com a palavra o Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Já em outra oportunidade registrei a nossa preocupação quanto à aprovação desta emenda como estava sendo apresentada. E, para nossa felicidade, vi hoje a participação do Deputado Bona Turra, que vem de fato e aqui se concretiza, e nós temos que nos somar ao seu posicionamento quando ele destaca que o movimento sindical, que as entidades estudantis e outros mais vêm há muito tempo lutando para que se garanta nas nossas leis maiores o índice mínimo para a educação pública nesse Estado e nesse País. E ficamos bastante felizes e com certeza daríamos apoio à sua emenda quando procura limitar, porque lamentavelmente, da forma como está posta aqui na emenda dos Deputados Renato Adur e Durval Amaral, abre-se um leque muito grande. E ali lamentavelmente o Deputado esqueceu de citar que a proposta de emenda não está aberta apenas para o transporte escolar. Com isso nós concordamos, mas ela abre um leque muito grande porque abre a possibilidade de se jogar nos 25% das verbas destinadas à educação, à saúde e à alimentação, e com isso não podemos concordar, em hipótese alguma.

Não podemos duvidar, sem dúvida, da necessidade dos Municípios e da seriedade da maioria dos Prefeitos, mas no momento em que se abre este leque e se abre essa possibilidade de jogar alimentação e saúde nos 25% mínimos destinados à educação, temos certeza que nem todos terão a responsabilidade de evitar que a escola pública, que a educação pública sofram ainda mais.

Por isso, temos certeza que este Plenário é bastante grande, bastante adulto e

quando se pede para votar esta emenda, quando se tem a concordância de que a emenda do Deputado Bona Turra representa uma categoria maior para a educação, obviamente temos que rejeitar esta emenda do Deputado Renato Adur e do Deputado Durval Amaral e nos somarmos a esta proposta de emenda do Deputado Bona Turra. Pelo menos ela estabelece garantias mínimas. Porque aí está dito, e as nossas leis dizem, no mínimo, 25%, não estabelece o teto máximo, e deixar esta brecha aberta para serem incluídos estes pontos aqui destacados, vamos concordar com a falência ainda maior da educação pública em todos os níveis, primeiro, segundo e terceiro graus; porque sabemos que o Paraná vem perdendo a cada instante.

Há necessidade de se garantir condições de vida aos municípios paranaenses. Esta é uma preocupação que temos deixado bastante clara nesta Casa. Não somos contra a situação, em hipótese alguma, situação de falência dos municípios do Paraná. Não estamos nos pondo contra este direito dos municípios paranaenses, mas temos que registrar a abertura para a inclusão da saúde e da alimentação nos 25% mínimos para a educação, vai representar ainda mais a falência da educação pública.

E, com certeza, com esta iniciativa, se pretende deixar este País na situação em que está, porque o analfabeto será um homem mais fácil de ser dominado.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Para encaminhar, Senhor Presidente.

Na primeira discussão desta proposição de emenda constitucional votei também favoravelmente ao projeto do Deputado Renato Adur, subscrito pelo Senhor Deputado Durval Amaral e outros.

Mas me reservei para a segunda discussão depois de examinar o dispositivo constitucional para avaliar do meu voto nesta oportunidade. Depois de ouvir os argumentos do Deputado Turra, de forma inteligente, adicionados ao argumento do Deputado Paulo Maia, em que lembra que não se elimina do dispositivo apenas o transporte, mas também alimentação e saúde, eu também não posso votar favoravelmente. Declaro meu voto para em uma oportuna proposição dos mesmos Deputados autores, votarei favoravelmente, eliminando-se do dispositivo constitucional apenas despesas com relação ao transporte.

Sem dúvida é um reclamo, é uma solicitação de muitos Prefeitos do Estado do Paraná, especialmente dos pequenos, porque verificamos que em alguns municípios não dispendem, não gastam suas despesas totais, não alcançam a imposição da Constituição Estadual quando estabelece no mínimo 25%.

Ela não diz que o município pode gastar até 25% da sua receita. Diz que no mínimo de 25%. Há interrogação, Deputado Turra, e nos municípios onde atendidas as exigências necessárias da administração municipal à educação e cujas despesas não alcançam 25% por que não incluir a despesa com transporte?

Por isto, Deputado Renato Adur, não posso desta forma votar com proposição de Vossa Excelência, com a mesma preocupação averbada aqui pelos dois ilustres Deputados que me antecederam.

Meu voto é contrário.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Para encaminhar, o Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós já votamos contrário a essa emenda na primeira votação. Houve, realmente, uma discussão com o Deputado Renato Adur, uma correção dessa emenda constitucional, a qual nós concordávamos. Por um lapso nós perdemos o prazo que seria de cinco dias, entendemos que a emenda seria em segunda discussão em outros projetos, mas no fato de tratar-se de uma emenda constitucional ela tem um prazo da publicação em primeira votação de três dias.

Neste sentido, entendendo a preocupação do Deputado Renato Adur e do Deputado Bona Turra em corrigir o Projeto, nós entendemos que a melhor forma possível é a emenda ser rejeitada hoje e o próprio Deputado Renato Adur e o Deputado Bona Turra que já está com a emenda proposta reapresentá-la de forma corrigida, o que entendemos que seria a forma correta, também concordando com o encaminhamento do Deputado Basílio Zanusso.

Mas entendemos a realidade das Prefeituras de pequeno porte, entendemos as preocupações e os problemas dos Senhores Prefeitos que aqui se manifestaram no dia da primeira votação, mas, por outro lado, não podemos esquecer a preocupação com a questão maior da educação e que também ouvimos lideranças dos movimentos docentes inclusive aqui das associações de professores naquele mesmo dia os quais pediam, desesperadamente, que nós rejeitássemos a emenda em função de que, não duvidando da honestidade, da seriedade dos Senhores Prefeitos, mas, abriria, um espaço muito grande para se incluir no orçamento da educação, que sabemos que nosso País está precário neste sentido, a área da educação é precária no nosso País, e entendemos que poderíamos abrir espaços para que prejuízos maiores ainda virão à educação.

Nós entendemos que a emenda não deveria ser aprovada, mas sim, de uma forma

corrigida e que pudesse atender, em parte, essa reivindicação e as dificuldades dos pequenos municípios, mas também entendendo a reivindicação da Associação dos Professores, das lideranças da área da educação no nosso Estado.

Por isso, nós entendemos que a emenda poderia ser corrigida da mesma forma, e, sendo rejeitada essa, o Deputado Renato Adur, poderia reapresentá-la da forma entendida, da forma na emenda que estaria sendo proposta, e sem dúvida nenhuma terá aprovação desta Casa. Por isso, nós encaminhamos contrários a emenda como ela está.

O SR. NEREU MOURA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, foram os Deputados Renato Adur e Durval Amaral, de extrema felicidade quando propuseram essa alteração na Constituição do Estado do Paraná.

Nós que representamos pequenos e médios municípios do Centro Oeste do nosso Estado, município de grande extensão territorial, com enormes dificuldades econômicas, com enormes dificuldades de oferecer ao público estudantil condições de ensino melhoradas.

Sabemos que os Prefeitos municipais, não só os prefeitos, como toda coletividade do interior do nosso Estado, possuem essas condições melhoradas. Por isso, Senhor Presidente, é fundamental que as Prefeituras possam incluir o transporte nos 25% que a Constituição do Estado do Paraná determina que seja incluído, no mínimo, que os Prefeitos possam colocar o transporte coletivo, e que essas alterações propugnadas pelo Deputado Bona Turra sejam feitas através de uma lei complementar, porque a Constituição do Estado, não precisa completar, não precisa necessariamente ser um princípio constitucional estas limitações.

Por isso, Senhor Presidente, para que não haja demora, para que os municípios do Paraná não sejam prejudicados, para que a educação no Paraná não tenha problemas ainda maiores, sejamos nós Deputados Estaduais, favoráveis a esta Emenda à Constituição do Estado, e, posteriormente, o Deputado Bona Turra e aqueles Parlamentares que assim desejarem, entrem com uma Lei Complementar, estabelecendo critérios aos municípios para o gasto com o transporte escolar, no limite dentro dos 25%.

Por isso, Senhor Presidente, sou favorável para que nós hoje votemos e aproveemos esta importante emenda à Constituição do Estado que, sem sombra de dúvida, levará benefícios fundamentais ao ensino do nosso Estado, sobretudo aos municípios médios e pequenos do Estado do Paraná.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - (Pela Or-

dem) - O artigo 192 do Regimento Interno, que trata das propostas de emenda da Constituição diz que: "recebida e publicada a proposta, será aberto o prazo de três dias para o oferecimento de emendas, subscritas na forma da Constituição".

Na verdade pago o preço do noviciado, Senhor Presidente, Senhores Deputados, imaginava que justamente na segunda discussão é que teríamos a oportunidade de dar a apresentação de emendas, mas não posso alegar o desconhecimento do texto regimental.

A questão de ordem é a seguinte, Senhor Presidente, primeiro que pudéssemos adiar a votação dessa matéria para a próxima sessão e que pudesse também a Mesa analisar, com o conjunto de seus membros, a possibilidade de reabertura desse prazo.

É um texto da maior importância, interfere na Constituição do Estado, não em aspecto qualquer, mas em capítulo fundamental que é o Capítulo da Educação.

Há uma concordância, eu diria, até uma unanimidade por parte dos membros que se pronunciaram nesta Casa, quanto ao conteúdo da emenda apresentada pelos Deputados Durval Amaral e Renato Adur, a sua validade, o interesse municipalista que a norteia, mas por outro lado a apreensão.

Então, a questão de ordem, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é a seguinte: que a Mesa adie por uma sessão a votação da Emenda Constitucional da Proposição que seria votada hoje e que durante esse período possa a mesa analisar a possibilidade de reabrir o prazo para as emendas e reabrindo o prazo para as emendas, creio nós poderemos ter uma votação por unanimidade dos seus membros, porque de nada adiantará termos a votação de um dispositivo aqui, que logo à frente poderá ser arquivada a sua inconstitucionalidade ou o que é mais grave: poderá ensejar justamente efeitos que não são os desejados pelos autores e aqueles que como nós já votaram em primeira discussão favoravelmente a emenda de Reforma a Constituição do Estado.

Esta é a questão de ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa presta os seguintes esclarecimentos.

Abertura de prazo não é possível, porque o Regimento é claro "recebida a proposta é publicada e abre-se o prazo para o oferecimento de emendas".

O rito para apreciação de propostas a Emenda Constitucional é um rito especial, tanto que se constitui uma Comissão Especial para tanto.

Esta Comissão foi constituída, teve seus membros indicados, se reuniu, poderia

ter recebido as emendas e modificado o texto original, isso não aconteceu.

A mesa sugere aos Senhores Deputados, duas alternativas para resolvermos o impasse existente.

Nós temos à mesa a Proposição nº 32/91, Projeto de Emenda Constitucional de autoria dos Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, que revoga na íntegra § 5º do Artigo 85 da Constituição do Estado do Paraná, que diz respeito à aposentadoria vitalícia dos Senhores Governadores.

Por ocasião da tramitação dessa proposta de emenda constitucional na Comissão competente, poderá ser apresentado emendas que possam atender aquilo que está reclamando, através de questão de ordem, o Deputado Bona Turra.

Uma outra alternativa, foi a que apresentou o Deputado Nereu Moura, a de um Projeto de Lei Complementar, que regulamentaria o novo artigo 179, quer dizer o novo texto do artigo 179, regulamentaria de forma mais detalhada.

Então, nós temos duas alternativas, porque mesmo adiando a votação para o dia de amanhã, nós teremos que colocar em votação o texto que foi objeto de análise e aprovação na Comissão Especial de Reforma à Constituição, não teríamos como abrir prazos para emendas.

Então, têm dois caminhos: ou se emenda nesta proposta de Emenda Constitucional do Deputado Ovídio Constantino, Dr. Rosinha e Ernani Pudell, ou se elabora um Projeto de Lei Complementar regulamentando com detalhes o que estiver escrito, doravante, no artigo 179 da Constituição.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, a questão da proposição de uma lei complementar, com certeza este leque a respeito da saúde e da alimentação continuaria aberto dentro da Constituição. O Projeto de Lei Complementar estaria aquém dos poderes da Constituição do Estado. Com certeza nós estaríamos apenas adiando um problema que pode ser resolvido imediatamente, que é incluindo para esta discussão, já que se pretende abrir a discussão no projeto do Deputado Ernani Pudell, nós temos a possibilidade de substituir esta emenda por uma emenda já detalhada e que altera a própria Constituição que é a emenda do Deputado Bona Turra.

Com isto nós estaríamos fechando de uma vez e consolidando o problema. A emenda, a regulamentação através de lei complementar nós temos certeza que vai representar apenas mero paliativo por ser uma lei abaixo dos poderes da Constituição do Estado.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - (Pela Ordem) -

Consulto V.Exa. se eu entendi correto: a nossa emenda constitucional que está na Mesa versa sobre uma outra questão, um outro assunto, que é a aposentadoria dos ex-governadores.

Se entendi, V.Exa. propõe que a nossa emenda se apresentaria a emenda constitucional referente ao projeto de lei que está em questão? Se é isto que entendi, se isto é possível, se há garantia regimental, constitucional para esta questão.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa suspende a Sessão por cinco minutos para que possa haver entendimento entre as Lideranças partidárias.

**(Suspensão a Sessão)**

Está reaberta a Sessão.

Esta Presidência, tendo em vista manifestação dos Srs. Deputados e das Lideranças, transfere a votação da Proposição 026/92 até que nós possamos ter uma melhor definição quanto ao encaminhamento da mesma.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 020/93, Veto Aposto do Projeto de Lei nº 110/93, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça, que dispõe sobre os vencimentos do Ministério Público Estadual. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT Nº 074/93

Curitiba, 27.05.93.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 080/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 110/93, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que os vencimentos do Procurador Geral da Justiça "são equivalentes aos percebidos, a qualquer título, pelos Desembargadores do Tribunal de Justiça" e que a diferença a maior, eventualmente constatada a favor dos Desembargadores será acrescida, a título de percentual de equivalência, aos vencimentos do Procurador-Geral de Justiça.

A negativa de sanção ao Projeto de Lei em epígrafe decorre de sua inconstitucionalidade porque fere frontalmente o mandamento no art. 37, inciso XIII da Magna Carta e o preceito do art. 27, inciso XIII da Constituição Estadual, os quais vedam "a vinculação ou equiparação de vencimentos, para efeito de remuneração de pes-

soal do serviço público".

O adiante transcrito pronunciamento conjunto da Secretaria de Estado da Administração e da Procuradoria-Geral do Estado, diz, com maior detalhamento, sobre a apontada e indiscutível inconstitucionalidade do Projeto de Lei ora vetado:

"O Projeto de Lei nº 110/93 estabelece a equivalência de vencimentos entre o Procurador-Geral de Justiça e os Desembargadores do Tribunal de Justiça. Além disto, no parágrafo único é previsto acréscimo aos vencimentos do Procurador-Geral de Justiça "a título de percentual de equivalência", sempre que constatada diferença a maior a ser paga aos Desembargadores.

Os dispositivos aprovados pela Assembleia Legislativa contém flagrante vício de inconstitucionalidade. Estabelecem vinculação de vencimentos entre cargos de poderes distintos, em afronta ao art. 37, XIII da Constituição Federal e art. 27, XIII da Constituição do Estado do Paraná. Nem mesmo a menção, no próprio texto, ao princípio da isonomia pode validar a proposta, uma vez que o art. 39, § 1º da Carta Federal, repetido pelo art. 33, § 2º da Carta Estadual contemplam isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhados, do mesmo Poder ou entre os de servidores dos Poderes Executivo, Legislativo ou Judiciário. As funções e o cargo do Procurador-Geral de Justiça encontram equivalência no próprio Poder Executivo - o Procurador-Geral do Estado.

Além disto, a previsão de que a diferença a maior eventualmente constatada a favor dos Desembargadores deve integrar os vencimentos do Procurador-Geral, a título de percentual de equivalência, comprova o caráter de vinculação existente no projeto, diferentemente do que ocorre com a atribuição de isonomia no âmbito do Poder Público.

Se não fossem todas estas razões fere o Projeto, ainda, o princípio da legalidade. Não é possível, no ordenamento constitucional em vigor, fixar vencimentos, vantagens ou gratificações, com base na remuneração auferida por ocupante de cargo distinto, para o futuro, sem Lei específica, cada vez que se pretenda alterá-los.

Nem mesmo a autonomia conquistada pelo Ministério Público com a Carta de 1988 retira a necessidade da observância do princípio básico do processo legislativo. Por isto, o art. 127, § 2º da CF, bem como o art. 114 da CE outorgaram competência ao Ministério Público para propor ao Poder Legislativo a fixação dos respectivos vencimentos".

Por outro lado, vale lembrar que a inconstitucionalidade da medida é, ainda, mais flagrante e abrangente, eis que, pela forma como está posta, fere os mandamentos

do art. 133, da Constituição Estadual, face a não previsão dos necessários recursos orçamentários para o respectivo suporte.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V.Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO  
Governador do Estado

(Projeto de Lei n° 110/93 foi Publ. no D.A. n° 40 de 03.05.93 - 1.ª Disc.)

Esta Presidência informa aos Srs. Deputados que, ao serem chamados, deverão dirigir-se à cabine, e na mesma se utilizar das cédulas lá existentes.

A cédula contendo a expressão "SIM" mantém o Veto. A cédula contendo a expressão "NÃO" derruba o Veto e mantém o Projeto.

Lembramos, mais uma vez, que para a manutenção do Projeto e consequente derrubada do Veto, serão necessários 28 (vinte e oito) votos contrários.

Solicito ao Sr. 1º Secretário para que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados, para apreciação deste Veto.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Anibal Khury) - (Procede a chamada nominal dos Senhores Deputados).

Votaram 33 (trinta e três) Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Convido os Srs. Deputados Lourenço Fregonese, Luiz Carlos Alborghetti, Djalma de Almeida César, para que processem a apuração da votação da Proposição n° 020/93.

O SR. FLORISVALDO FIER - Questão de ordem, Sr. Presidente.  
(Assentimento).

Na última Sessão 4.ª feira passada, lembrei V.Exa. sobre dois pedidos de informação que há mais de trinta dias já aprovado por essa Assembléia e que V.Exa. encaminharia o resultado, a resposta em 24 horas.

Então, consulto à Mesa, uma vez se não chegou encaminhar o processo de crime de responsabilidade às pessoas responsáveis, aos cidadãos que não responderam.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Presidência solicitou à Casa Civil que tomassem as providências de imediato, e está aguardando para o dia de hoje a resposta do Chefe da Casa Civil com referência aos Pedidos de Informações.

O DR. ROSINHA - Outra Questão de Ordem. O artigo 25 do Regimento Interno coloca

"a Procuradoria Parlamentar terá por finalidade promover, em colaboração com a Mesa, a defesa da Assembléia, de seus órgãos e membros quando atingidos em sua honra ou imagem perante a sociedade, em razão do exercício do mandato ou das funções institucionais".

Foi encaminhado à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa um expediente, aonde inúmeros Srs. Deputados formulam uma questão à Mesa solicitando a abertura de processo contra o Prefeito de Carlópolis.

Quero saber de V.Exa. qual o encaminhamento dado pela Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa colocou esse assunto para ser discutido na reunião da Comissão Executiva que acontecerá amanhã a partir das 11 horas da manhã, após o que dará uma resposta a V.Exa. e a este Plenário, evidentemente.

A Mesa anuncia o resultado: 1 voto em branco; 10 votos pela rejeição; e 24 pela manutenção do veto.

Está mantido o veto e rejeitado o Projeto original.

Atendendo ao requerimento de inversão da pauta da Sessão de hoje, iremos apreciar neste momento:

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 212/93, de autoria da PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA OF. N° 0383/93, que dispõe sobre os vencimentos do Ministério Público Estadual. Com PARECERES da C.C.J. e C.F..  
**Aprovado.**

PROJETO DE LEI N° 212/93  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Os vencimentos do Procurador-Geral de Justiça corresponderão à soma dos valores percebidos, como remuneração fixa, pelos membros do Poder Legislativo Estadual.

Parágrafo Único - Para aplicação do disposto neste artigo considerar-se-á a soma do vencimento básico, correspondente ao cargo de Procurador Geral de Justiça, acrescido da verba de representação a ser cotejada com os valores correspondentes a subsídios e verbas de representação dos Deputados Estaduais.

Art. 2º - Efetuado tal cotejo, a diferença a maior eventualmente constatada a favor dos membros do Poder Legislativo Estadual será acrescida aos vencimentos do Procurador-Geral de Justiça, a título de percentual de equivalência.

Art. 3º - A remuneração do Procurador-Geral de Justiça não pode exceder, a qualquer título, à do Procurador-Geral da

Art. 4º - As despesas resultantes da execução desta lei correrão à conta das dotações consignadas no orçamento do Estado.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos financeiros a partir de 1º de março de 1993, mantidas as demais disposições da Lei nº 10.093, de 5 de outubro de 1992, e da Lei nº 8.089, de 5 de junho de 1985.

Sala das Sessões, em 28.05.93.

(a) PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 212/93

P A R E C E R:

A presente proposição, de autoria do Ministério Público Estadual, tem por finalidade fixar o vencimento básico mensal do cargo de Procurador Geral de Justiça, a partir de 1º de março de 1.993.

Esta comissão foi chamada a opinar, analisando a constitucionalidade e legalidade da mesma, não encontrando nada que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sendo assim, somos de Parecer FAVORÁVEL ao projeto de lei em tela, na forma da Emenda Substitutiva Geral em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 31.05.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
NELSON GARCIA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 212/93

P A R E C E R:

Oriundo da Procuradoria Geral de Justiça do Estado, a presente proposição visa fixar o vencimento básico mensal do cargo de Procurador Geral de Justiça, a partir de 1º de março de 1.993.

Esta comissão chamada a opinar, entende que o Projeto em tela merece aprovação na forma do Substitutivo Geral apresentada pelo Douta Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 31.05.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente  
LUIZ CARLOS ZUK - Relator

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva Geral da Comissão de Constituição e Justiça, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO  
PROJETO DE LEI Nº 212/93

Art. 1º - O vencimento básico mensal

do cargo de Procurador Geral de Justiça fica fixado, a partir de 1º de março de 1993, em Cr\$ 21.466.406,00 (vinte e um milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e seis cruzeiros), a partir de abril de 1993, em Cr\$ 27.047.671,00 (vinte e sete milhões, quarenta e sete mil, seiscentos e setenta e um cruzeiros) e, a partir de 1º de maio de 1993, em Cr\$ 34.621.019,99 (trinta e quatro milhões, seiscentos e vinte e um mil, dezenove cruzeiros e noventa e nove centavos).

Parágrafo Único - Fica estabelecido que no período compreendido entre 1º de junho a 30 de novembro de 1993, a correção do vencimento básico corresponderá ao índice geral de reajuste dos Servidores Públicos, fixados em lei.

Art. 2º - A remuneração do Procurador Geral de Justiça não pode exceder, a qualquer título, à do Procurador Geral da República.

Art. 3º - As despesas resultantes da execução desta lei correrão à conta das dotações consignadas no orçamento do Estado.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos financeiros a partir de 1º de março de 1993, mantidas as demais disposições da Lei nº 10.093 de 05 de outubro de 1992, e da Lei nº 8.089, de 05 de junho de 1985.

Sala das Comissões, em 31.05.93.

(a) NELSON GARCIA

Apoio: Erondy Silvério, Luiz Antônio Setti, Oswaldo Trevisan, Colombino Grassano, Nelson Justus, Toti Colaço e Paulo Maia.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 193/93, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária do Bairro Jardim Dom Bosco, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado (Publ. no D.A. nº 56, de 20.05.93.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 193/93

P A R E C E R

O Projeto de Lei 193/93, de autoria do Deputado Algaci Túlio, busca declarar de Utilidade Pública a Associação Comunitária do Bairro Jardim Dom Bosco, com sede e foro em Curitiba.

Nos aspectos da competência desta Comissão de Constituição e Justiça não existem óbices constitucionais, legais ou regimentais à normal tramitação da matéria sua apreciação pelo Plenário, sendo favorável à sua aprovação.

É o parecer.



Sala das Comissões, em 25.05.93.  
(a) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
PAULO MAIA - Relator

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
COLOMBINO GRASSANO - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 192/93, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que declara de Utilidade Pública a Federação das Associações de Moradores e Entidades Comunitárias de Curitiba, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 56, de 20.05.93.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 192/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei 192/93, de autoria do Deputado Algaci Túlio, busca declarar de Utilidade Pública a Federação das Associações de Moradores, Entidades Comunitárias de Curitiba, com sede e foro em Curitiba.

Nos aspectos da competência desta Comissão de Constituição e Justiça não existem óbices constitucionais, legais ou regimentais à normal tramitação da matéria e sua apreciação pelo Plenário, sendo favorável à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.05.93.

(a) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
PAULO MAIA - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto e Lei n° 173/93, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que autoriza o Poder Executivo a prestar aval, fiança, garantia ou contragarantia, até o valor de US\$ 2.000.000.00 (dois milhões de dólares americanos), ao Instituto de Tecnologia do Paraná-TECPAR, para que o referido órgão contraia empréstimo junto à Financiadora de Estudos e Projetos-FINEP, a fim de instalar o Laboratório Avançado de Tecnologia de Software. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **(Aprovado).** (Publ. no D.A. n° 45, de 10.05.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 173/93

AUTOR: Dep. Orlando Pessuti

P A R E C E R:

Trata-se de proposição que autoriza o Poder Executivo a prestar aval, fiança, garantia ou contragarantia, até o valor de US\$ 2.000.000.00 (dois milhões de dólares americanos), ao Instituto de Tecnologia do Paraná-TECPAR, para que o referido órgão contraia empréstimo junto à Financiadora de Estudos e Projetos-FINEP, a fim de instalar o Laboratório Avançado de Tecnologia de Software.

Inexiste óbice de natureza regimental, legal e constitucional a sua APROVAÇÃO pelo PLENÁRIO.

Sala das Comissões, em 10.05.93.

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N° 173/93

P A R E C E R:

O Projeto em análise, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, objetiva autorizar o Poder Executivo a prestar aval, fiança, garantia ou contragarantia, até o valor de US\$ 2.000.000.00 (dois milhões de dólares americanos), ao Instituto de Tecnologia do Paraná-TECPAR, para que o referido órgão contraia empréstimo junto à Financiadora de Estudos e Projetos-FINEP, a fim de instalar o Laboratório Avançado de Tecnologia de Software.

Chamada a exarar parecer, esta comissão, por intermédio do seu relator que abaixo subscreve, se manifesta favorável a sua normal tramitação nesta Casa e posterior encaminhamento à elevada apreciação do plenário.

Sala das Comissões, em 26.05.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente  
NEREU ALVES DE MOURA - Relator

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 180/93, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Ilustríssimo Senhor LUIZ CARLOS DE ANDRADE LIMA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 140/93, de autoria do Deputado TOTI COLAÇO, que declara de Utilidade Pública a "Associação dos Fumicultores e Agricultores de Rio Azul", com sede e foro no Município de Rio Azul. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 133/93, de autoria do Deputado DALTON MACHUCA, que declara de Utilidade Pública a "Creche Dom Geraldo Micheletto Pellanda", com sede e foro na Cidade de Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 093/93, de autoria do Deputado CEZAR SILVESTRI, que autoriza a doação de bem imóvel ao município de Diamante do Sul, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 226/91, de autoria do Deputado CEZAR SILVESTRI, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a Estrada Municipal "GA-124", que liga os Distritos de Palmerinha, Campina do Simão e Santa Maria do Oeste, con-

forme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a mesa, Requerimentos n°s 1493 e 1536, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. - **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1497, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1499, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1486, de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1535, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1494 e 1495, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. - **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1538, de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento n° 1527, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1533, de autoria dos Srs. Deputados Anibal Khury, Orlando Pessuti, Nereu Alves de Moura e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1485, de autoria do Sr. Deputado Oswaldo Trevisan, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1487, 1488, 1489 e 1490, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1500 e 1501, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1502, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1506 a 1513, 1515 e 1516, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1514, de autoria do Sr. Deputado Paulo Maia, constante do ex-

pediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1519, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1517 e 1518, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1521 a 1526, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1520, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Solicito aos Srs. Deputados líderes de bancadas que procedam imediatamente a indicação dos seus representantes para constituírem estas CPI's pois, não ocorrendo, a Mesa terá que fazê-lo por iniciativa própria.

Requerimentos n°s. 1528 a 1531, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1537, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 1504, 1503 e 1505, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Em Discussão.**

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 1281, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Henrique Bona Turra.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Motivos que já existiam quando do início da discussão da matéria e que hoje existem e estão demonstrados em toda imprensa nacional como também na imprensa paranaense.

Decorre da geometria elementar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que num terceiro ponto que integre uma linha se compõe relativamente aos dois iniciais que conformaram essa linha. A linha reta que se conformou com a política do Ministro José Eduardo em relação ao algodão e também em relação ao trigo. No trigo quando o Ministério da Indústria e Comércio recusou-se renovar a Resolução que taxava em 27% o trigo Americano importado, com graves prejuízos que foram aduzidos pelo Sr. Secretário da Agricultura Dr. Osmar Dias e que no Paraná se reflete com perdas de empregos e com o sucateamento da agricultura fragilizada do Estado e do País. E no caso especificamente do algodão, com a liberação da importação do algodão Russo, a preços subsidiados, também ocasionando graves prejuízos ao Estado do Paraná e ao País, vamos falar especificamente da política do café, porque o Deputado Algaci Túlio pretende voto de louvor por relevantes serviços prestados pelo Sr. Ministro da Agricultura, ao café e à retomada da cafeicultura no País.

Há diversos argumentos técnicos. Tomei o cuidado, e, seguindo a orientação do Deputado Algaci Túlio, ter vistas do Editorial da "Gazeta do Povo" que traduzia os esforços, especialmente a ordem do Ministério da Indústria e Comércio, de auditoria a cargo do Banco Central para que verificasse a quantidade de café estocado e as condições que se encontra os cafés armazenados há trinta anos o que poderá ter comprometido a qualidade da bebida.

O Secretário Osmar Dias, segundo esse editorial, durante os debates no Simpósio na Assembléia Legislativa, e a merecer o nosso voto de louvor a iniciativa do Deputado Dirceu Manfrinato, denunciava aqui apenas 710 mil sacas desses estoques, e estariam em condições para comercialização no mercado internacional que, sem dúvida, demonstra a existência de uma indústria de armazenagem. Uma indústria de armazenagem mas que nem todo estoque de café está acumulado em armazém do Governo.

O Senador paranaense Nelson Maculan, segundo editorial da "Gazeta do Povo", quando ocupava a Presidência do extinto, e hoje revigorado Instituto Brasileiro do Café, denunciou que o acordo internacional do café estava funcionando, quando os interesses dos produtores se transformara na realidade em instrumento de defesa dos interesses dos importadores, que conseguiram até estabelecer um complicado sistema de quotas que regulava os preços internacionais a bel prazer dos grandes importadores.

Talvez, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ficássemos nisso, e não haveria motivos para dúvida quanto ao voto de louvor

que se pretende em relação às atitudes políticas enunciadas pelo Ministro José Eduardo. Mas a "Gazeta do Povo" na última sexta-feira, e antes disso, trazia argumentos técnicos que colocava em questão a política enunciada pelo Ministério da Indústria e Comércio. Não sou eu, portanto, a agência de notícias que teve a publicação na Gazeta do Povo na última semana, que diz o seguinte (Lê):

"O acordo entre o Brasil e a Colombia, os dois primeiros produtores mundiais de café, para uma coordenação de sua política de produção não representa grandes modificações para a situação do mercado em função do elevado nível dos estoques e a falta de coesão a longo prazo entre ambas as partes, observaram ontem os analistas londrinos.

A produção conjunta do Brasil, Colômbia e América Central equivale a 60% da demanda mundial, o que não é suficiente para controlar o mercado, indicou Peter Kettle, da sociedade E.D. and F. Man.

Peter Greenhalgh, analista da Ladell Mills, enfatizou que os pequenos produtores aproveitarão a redução da oferta dos países latino-americanos para aumentar suas exportações e conseguir porções mais importantes do mercado.

Portanto, o recuo do Brasil no Mercado Internacional do Café pode significar o avanço de outros países produtores de café.

Esta situação é idêntica a sofrida pelo cacau há alguns anos, quando a Costa do Marfim, primeiro produtor mundial suspendeu totalmente as suas exportações, sem provocar aumento de preço.

Durante encontro deste final de semana em Bogotá, Brasil e Colômbia decidiram não comercializar seus estoques calculados em vinte e sete milhões de sacas, de sessenta quilos cada ou seja, o equivalente a quatro vezes o consumo mundial.

Mas o mercado está consciente da existência desses estoques e, salvo que sejam destruídos, o impacto desta medida será mínimo, indicou Greenhalgh. Além disso, esses estoques devem ser acrescidos de mais de 18 milhões de sacas armazenadas em depósitos dos países consumidores.

Desde a queda do sistema de cortes da Organização Internacional do Café em julho de 1989, os preços caíram quase 50%."

São argumentos técnicos, caro Deputado Dirceu Manfrinato, que podem ser questionados, mas há um argumento que eu quero trazer aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que é decisivo e é um argumento ético, não pode a Assembléia Legislativa hipotecar solidariedade a uma política que vem contrariando os interesses nacionais e que sobretudo contraria o princípio da

A "Gazeta do Povo", como também a "Folha de São Paulo", na última sexta-feira, estamparam em manchete, Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma grave denúncia contra a política implementada pelo Ministério da Indústria e Comércio, uma gravíssima denúncia que reproduz o escândalo do café patrocinado pela ex-Ministra da Economia Zélia Cardoso de Mello, e nada difere a política atual do Ministério da Indústria e Comércio da política protagonizada pelo Governo Collor, senão a demonstração que está expressa nesta manchete com a fotografia do Ministro da Indústria e Comércio no Jornal Folha de São Paulo e informação vaza e gera corrida às exportações e de um lado diz: "O mercado sabia das regras sobre o café".

Trago aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados a denúncia, que é a denúncia produzida pelo Jornal a Gazeta do Povo da maior respeitabilidade em nosso Estado, diz o jornal (Lê):

"O mercado de café em Nova Iorque já sabia das novas regras para exportação do produto brasileiro quatro horas antes do despacho da portaria do ministro da Indústria e do Comércio, José Eduardo Andrade Vieira, para o Diário Oficial, anteontem. Muito antes disso, há duas semanas, empresários exportadores no Brasil já comentavam que o governo mudaria as regras de exportação de café. Na segunda-feira o ministro Vieira regressou de Bogotá, onde manteve contatos com autoridades de café da Colômbia, e os rumores multiplicaram.

Na segunda-feira o preço do café brasileiro na Bolsa de Nova Iorque caiu, fechando a US\$ 81,10 a saca. Subiu no dia seguinte para US\$ 83,80 a saca e na quarta fechou a US\$ 85,70. Quem comprou na segunda e vendeu na quarta volume equivalente a 100 mil sacas, lucrou US\$ 460 mil, quase meio milhão de dólares em apenas dois dias."

É essa também a natureza das denúncias trazidas pelo jornal Folha de São Paulo, diz Maristela Mafei (Lê):

"O governo brasileiro voltou a intervir no mercado de café, arbitrando a redução de prazo para registro de exportação do produto. Exportadores que tiveram conhecimento de informação privilegiada - publicada no "Diário Oficial" de ontem - registraram volume de exportação próximo a 6 milhões de sacas nos últimos sete dias, conforme a Folha apurou. O número representa um terço da safra brasileira, estimada em 17 milhões de sacas.

Em épocas normais, o número de registro em sete dias não alcançaria um milhão de sacas. A manobra provocou queda nas cotações da bolsa de Nova York ontem. A úl-

tima vez que o governo interveio no setor, em março de 91, em portaria da ex-ministra Zélia Cardoso de Mello, também houve vazamento de informação e manobras especulativas."

Está demonstrado que dois pontos, e este é um postulado de geometria elementar, compõem uma reta.

Denunciávamos a política do Ministério da Indústria e Comércio com relação ao algodão, como também ao trigo. E agora fazemos a denúncia relativamente à política do café. Vazada a informação, um terço da capacidade de venda e exportação do Brasil em apenas dois dias foi remetida porque, previamente, privilegiadamente, setores empresariais nacionais e internacionais conheciam o teor da medida enunciada pelo Ministério da Indústria e Comércio.

Está comprovada a fraude. Está comprovado o conluio contra os interesses nacionais e está comprovada a fraude contra os interesses da agricultura brasileira e contra os agricultores do Paraná.

Não merece, portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o aval da Assembléia Legislativa. Uma política nociva, antinacional e antipopular como a que vem sendo enunciada...

(É retirado o som)

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Para Encaminhar)  
Não haverá, Sr. Presidente, necessidade de utilizarmos todo este tempo de dez minutos.

Gostaria apenas, Deputado Bona Turra, Vossa Excelência que está passando interinamente por esta Casa, deve se orgulhar de estar junto com os demais companheiros desta Casa. A Assembléia Legislativa do Paraná foi a única no Brasil que levantou a voz em defesa da fome, da miséria do campo, e Vossa Excelência prega esta questão. Nós levantamos a voz aqui com o apoio dos Srs. Deputados, com o apoio da Comissão Executiva, em relação à retomada do café no nosso Estado. E pode estar certo, Sr. Presidente. Srs. Deputados, que o lançamento do Projeto Ouro Verde que fizemos aqui no dia 17 próximo passado, de autoria deste Deputado, sem dúvida nenhuma balançou este Estado e atingiu os outros Estados do País e até mesmo o nosso Brasil.

Deputado Bona Turra, eu não tenho, na minha vida pública, o radicalismo da questão política. Eu respeito o Ministro José Eduardo de Andrade Vieira, como Senador da República e reconhecido pelo voto secreto e direto nas urnas nas eleições de 1990. Eu acho que o trabalho que está sendo desenvolvido pelo Ministério da Indústria e Comércio com relação à cafeicultura, e acho que está correto, porque até ontem ninguém se preocupava no setor da cafei-

cultura nossa e ninguém se preocupava com os estoques reguladores que aí se encontram já denunciado por mim várias vezes.

Então, não é justo, quando Vossa Excelência quer misturar uma questão política no Estado, de divergências políticas, onde Vossa Excelência participa, inclusive dessa divergência, quando tínhamos que somar os valores políticos do nosso Estado e trazermos aquilo que se pode oferecer a nível nacional para o nosso Estado.

E eu quero dizer que estou de acordo com a política que está sendo feita pelo Ministro da Indústria e Comércio, já viajou para outros países tratando com relação ao comércio exterior no nosso café e continua dando apoio aqui no Brasil com relação a esta política cafeeira.

Então, Vossa Excelência que citou o meu nome, cabe a mim dizer a Vossa Excelência que votarei, inclusive no requerimento de autoria do Deputado Algaci Túlio, acho que é justo isto porque se fosse também de outro Ministro do Paraná ou de qualquer órgão do nosso Governo, eu estaria votando também, porque acho isto de grande interesse para o País e para o nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MÁRIO BEZERRA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, pretendo ser breve.

Só gostaria, em nome do PTB, lamentar o destempero verbal praticado pelo Deputado Bona Turra, nesta tarde. Aliás, destempero este que já é peculiar do Governador Roberto Requião. Como o Governador não vem à Assembléia falar, fala por ele o Deputado Bona Turra, que às vezes, até irresponsavelmente, atira pedras em pessoas dignas.

Sr. Presidente, a Bancada do PTB lamenta. Cumprimenta até o Deputado Manfrinato pela defesa do Ministro. É da Bancada do PP, e que assumem posições até elogiosas. Quero cumprimentar o Deputado Manfrinato e lamentar, verdadeiramente, esta falta de consideração para com o único Ministro que o Paraná tem, em Brasília.

O Deputado Bona Turra deveria atentar para o detalhe de que nós deveríamos trabalhar pela sustentação do Ministro, nesta época em que o Governo Federal está trocando ministros. E não, a todo custo, justamente como Governador Roberto Requião, tentar destituir o único Ministro que o Paraná tem em Brasília, que aliás é muito prestigiado pelo Governo Itamar.

Lamentavelmente Vossa Excelência foi de uma infelicidade total ao tentar deneigrir a imagem do nosso Ministro, que levanta uma bandeira que há tanto tempo está adormecida, que é a bandeira do café. Lamentavelmente.

É só, Sr. Presidente.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Para Encaminhar) -

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não tenho necessidade de falar em defesa do Ministro. Não é esta a minha intenção, até porque os Deputados Dirceu Manfrinato e Mário Bezerra, Líder do PTB, já levantaram suas vozes. Mas, para dizer que excedeu-se o Deputado Turra quando fez insinuações de que o Ministro seria culpado por esta política desastrosa do café, no Brasil.

Ora, o café, Sr. Presidente! Quem tem café, é quem tem coragem! E não é após o Ministro José Eduardo ter assumido o Ministério. Vem de anos. O Deputado Severino, aqui, é agricultor, e tantos outros. O café está sendo erradicado, Sr. Presidente! O senhor sabe muito bem disto, porque não há condições mínimas de manutenção da cultura cafeeira no Paraná, lamentavelmente.

Agora, recentemente, vem num momento feliz, uma iniciativa elogiável do Deputado Dirceu Manfrinato, quando lança aqui na Assembléia o Projeto Ouro Verde, do Paraná, a recuperação pretendida da nossa cafeeicultura, projeto de execução difícil, porque não há nenhum estímulo, de lugar algum, nem da área federal e nem da estadual, para que se plante café, porque os preços não compensam e não há varinha mágica, que de uma hora para outra mudam os preços do café porque temos competição internacional!

Então, a minha solidariedade à iniciativa do Deputado Algaci Túlio. Não em defesa do José Eduardo, mas em defesa do nosso Ministro, que é único, como disse o Deputado Bezerra, e ainda que temos. Quando vejo Álvaro Dias, ex-Governador, que não é do meu Partido, liderando um partido que ele criou, no Paraná e no Brasil, e agora na imprensa nacional ele reivindica outro ministério para o Paraná. Quando se fala em ministério para o PP, certamente é para o Paraná. E nós todos estamos desejosos, torcendo para que Álvaro Dias consiga, do Governo Federal, um novo ministério para o Paraná.

Nós precisamos de recursos! O Paraná não tem sido lembrado, nas liberações de verbas, porque os caminhos que percorrem são os do Nordeste, do Rio Grande do Sul, muitas vezes, e o Paraná é esquecido, por falta de representação!

E nós a criticarmos aqueles poucos que ainda temos, em Brasília. Pesa o Deputado Bona Turra, quando faz denúncias a um Ministério, o da Indústria e Comércio. Tenho a impressão que ele fez à ex-Ministra e ao Ministério da Fazenda, talvez o mais responsável. Mas, sem entrar no mérito.

Acho que a iniciativa do Deputado Túlio merece a nossa votação unânime, porque, repito, não há necessidade nenhuma de

Curitiba, segunda, em 31.05.93

defesa de José Eduardo, mas nós precisamos do José Eduardo, do nosso Ministro lá, e ainda hoje, ou ontem, elogios do Senador do Rio de Janeiro, a presença inteligente, presença viva do Ministro José Eduardo em todos os rincões do Brasil, trabalhando, procurando para que o superavit da economia brasileira seja mais acentuado a cada dia mais, especialmente a nós que verificamos nos três últimos meses.

Então, Sr. Presidente, não podia ouvir calado aqui as agressões ao nosso Ministro, para dizer que o nosso voto é de solidariedade a ele e à iniciativa do Deputado Algaci Túlio.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação.

O SR. ALGACI TÚLIO (Para Encaminhar) - Sr. Presidente.

Eu já me daria por satisfeito quando da sessão da última quarta-feira, disse, quando lancei e entreguei à Mesa esse requerimento, que o Deputado Bona Turra ficaria sozinho na sua bancada para votar contrário a esse requerimento, como não foi diferente, só que a votação não aconteceu em função da falta de quórum.

Na semana passada, mais uma vez discutindo este requerimento, o Deputado Bona Turra que é assim uma espécie de ventríloquo do Palácio Iguazu, porque precisa garantir nesta Casas o seu lugar, uma vez que é suplente de Deputado, e se não fizer o trabalho, se não defender as regras ditas pelo Palácio, certamente perderá o cargo aqui nesta Casa.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Pela Ordem, Sr. Presidente.

Tenho procurado me conduzir, Sr. Presidente, apesar das agressões que me foram dirigidas pelo Deputado Algaci Túlio...

(vozes paralelas)

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Tem a palavra o Deputado Bona Turra, em Questão de Ordem.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Agora, procura me colocar como Deputado de 2ª categoria, quero que a Mesa esclareça sobre se a minha condição, ainda que temporária e transitória de exercício de mandato, me reduz as possibilidades desse mandato, ou esse mandato enquanto exerça, será exercido integralmente, sem prejuízo da provisoriedade com que o exerço.

Essa é questão de Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Vossa Excelência exerce o mandato com toda a

plenitude do cargo.

Para encaminhar a votação a palavra continua com o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, o rótulo de Deputado de 2ª Categoria quem inventou foi o próprio Deputado. Se ele se considera assim...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Peço ao Deputado Algaci Túlio que se atenha ao encaminhamento de votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, quero, respondendo ao que disse o Deputado Bona Turra na Sessão da semana passada, de que nós não somos ventríloquos, nem de Jayme Lerner, nem de José Eduardo de Andrade Vieira.

Fazemos aqui a nossa função de Parlamentar, agora se Vossa Excelência considera desta maneira, eu o classifico como Doático Santos um pouquinho melhorado, que faz o seu papel de oposição aqui na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

De sorte, Senhor Presidente, que eu já me considero satisfeito, porque este Requerimento está à Mesa já há quase duas semanas e a todo momento que ele vai para votação, pode e não está aqui presente, a Assembléia verificar que a bancada do lado esquerdo, com exceção de alguns companheiros, aqui permanecem para votar, os demais, evidentemente, não querem adotar a mesma linha de oposição cerrada, uma posição até certo ponto irresponsável do Deputado Bona Turra, quando não quer incentivar, quando não quer reconhecer as qualidades de um homem como o Ministro da Indústria e Comércio, José Eduardo de Andrade Vieira, que tem sobremaneira, orgulhado o Estado do Paraná.

Quero, então, nesse momento, dizer, que não aceito a pecha de ventrílogo. Se ventrílogo existe nesta Casa é o Senhor Luiz Henrique Bona Turra, que é suplente de Deputado na Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Como último inscrito para encaminhamento de votação Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Primeiro quero esclarecer que vou encaminhar contrário ao Requerimento, mas não tem nada a ver com o Palácio Iguazu.

E que encaminhamos contrário por razões, que entendemos nos justificam o voto contrário da Bancada do PT.

Primeiro que com louvor ou sem louvor o Senador José Eduardo de Andrade Vieira Ministro de Estado, tem a sua obrigação de atender, de desempenhar bem o seu papel não é um voto de louvor ou não que va

vangloriar o ministro.

Ele está no desempenho da função, um cargo de confiança do Governo Federal e tem a obrigação de agir, realizar o seu trabalho com seriedade.

O que, segundo a Imprensa, há dúvidas sobre essa questão. Segundo eu queria dizer que o Senador José Eduardo deveria, em função de que o requerimento do Deputado Algaci Túlio é um voto de louvor ao Senador em função de ele valorizar a agricultura, quero me posicionar contrário dizendo que para valorizar a agricultura talvez o Senador deveria proporcionar aos pequenos ou mini agricultores ou àqueles que hoje sem condição de sobreviver na roça, talvez proporcionar um financiamento a 10% de juros como está propiciando aos Senhores Deputados para facilitar realmente àqueles que precisam de auxílio hoje, no campo, que são os agricultores pequenos falidos no nosso Paraná.

Terceiro ponto queria dizer que como os outros bancos, as outras instituições bancárias, o banco do Senador José Eduardo, o Bamerindus, na década passada, como o Banco do Brasil, Bradesco e tantos outros bancos desapropriaram muitos pequenos agricultores para receber as dívidas dos financiamentos bancários em épocas difíceis para a pequena agricultura.

E que, inclusive, a legislação teve que garantir que as pequenas propriedades seriam impenhoráveis quando de uma frustração de safras ou de um prejuízo para os agricultores e que muitas vezes tiveram que entregar as suas terras aos bancos e se jogarem às aventuras das periferias das cidades, favelas ou assim por diante.

Não por sua culpa, por situações que não quiseram que acontecesse mas que os bancos, e aí colocamos todos eles, inclusive o do senador, levou muitos agricultores à falência.

Queria ainda dizer que falar de agricultura sem falar de reforma agrária neste país, não tem fundamento nenhum.

Falar de agricultura enquanto permanece a concentração de terras, a política agrícola favorecendo a concentração de terras nas mãos de um número pequeno de latifundiários, de próprias empresas, banco e companhia limitada, é inútil falar em favorecimento da agricultura sem falar em reforma agrária.

Nunca vi o Senador José Eduardo, o Ministro José Eduardo defendendo reforma agrária neste país. Da mesma forma queria dizer que me decepcionou, não votei no José Eduardo para Senador mas me decepcionei quando eu via na sua campanha, ele pregar que os juros altos levavam o país à falência e uma de suas primeiras atitudes como Senador foi na época em que o Presidente Collor tentou antecipar a reforma

constitucional.

E uma das brigas do Senador José Eduardo, uma das lutas foi o de eliminar o tabelamento de juros da Constituição.

Por essas razões entendo que o louvor não é merecido de nossa parte. Votaremos contrário ao requerimento.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Queria esclarecer. Estão trocando as bolas aqui.

Ninguém está pedindo voto de congratulações ao proprietário, ex-presidente, diretor do Banco Bamerindus, estou pedindo um voto de louvor ao Ministro José Eduardo Vieira por ser um paranaense que ocupa uma pasta importante no Governo Federal.

Quem está falando de Bamerindus aí, o Deputado Ovídio Constantino, o Deputado Bona Turra deve ter qualquer problema pessoal com o Bamerindus. Eu graças a Deus, não tenho.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, só para esclarecer. Gostaria de comunicar aos Senhores Deputados que tenho um alinhamento político e o meu alinhamento político é no Partido Progressista que tem o compromisso político no Paraná com o ex-Governador Álvaro Dias.

Então, para que não haja dúvidas, eu estou defendendo a votação do requerimento em reconhecimento ao trabalho do Ministro e também pelo fato do Paraná ter um representante lá em Brasília. Então eu gostaria de deixar bem claro que a linha política ela está em cima, cerceada em cima do ex-governador Álvaro Dias. Muito obrigado.

O SR. LUIZ H. BONA TURRA (Pela Ordem)

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Concedo a palavra Pela Ordem ao Deputado Bona Turra.

O SR. LUIZ H. BONA TURRA - Com sentido de definir o objeto de votação, me parece que o que busca o requerimento em pauta é voto de louvor à decisão do Ministro da Indústria e Comércio de restringir as exportações brasileiras de café além de segundo Luis Inácio Nassif, articulista da Folha de São Paulo e também do Jornal Gazeta do Povo, além de representar um retrocesso institucional para o setor. Então assim define o objeto, é um voto de louvor à política que vem sendo implementada pelo Ministério da Indústria e Comércio no âmbito da cafeicultura brasileira e que foi denunciada pelo Jornal da Gazeta do Povo como também Folha de São Paulo e demais articulistas como lesivas aos interesses nacionais e do Estado do Paraná.



O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação o requerimento. Aprovado.

O SR. LUIZ BONA TURRA (Pela Ordem) - Solicito verificação de votação.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa defere e fará a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(chamada nominal)...

Responderam a chamada 31 Senhores Deputados. Há quorum para deliberação.

A Mesa procederá a verificação de votação.

Senhores Deputados que foram favoráveis.

Senhores Deputados que foram contrários.

Vinte e sete Deputados são favoráveis e três contrários. Está aprovado o requerimento.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Só para registrar que levantou o Deputado Rosinha, Bona Turra e Ovídio Constantino.

Requerimento n° 1539, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1312, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1292, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de Sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa fará a verificação de votação. Srs. Deputados que aprovam e Srs. Deputados que rejeitam. Doze Deputados são favoráveis e 18 contrários. **Rejeitado.**

Requerimento n° 1317, de autoria do Sr. Deputado Mário Bezerra, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

Requerimento n° 1390, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de Sessão anterior. **Rejeitado.**

Requerimento do Deputado Colombino Grassano, com sua discussão adiada e encerrada, de voto de congratulações ao Sr. Paulo Roberto Cordeiro.

O DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados:

Novamente volta a polêmica da questão dos votos de louvor, nesta Casa.

Quero lembrar aos Srs. Deputados que no ano passado nós votamos um voto de lou-

vor ao ex-Ministro Alceni Guerra, e naquele momento nós chamamos a atenção que qualquer homem ao ocupar um cargo público, de administração, ele tem a obrigação de fazer uma boa administração, a obrigação de não se envolver em nenhuma irregularidade, ou seja, ter uma vida pública impecável.

Nós queremos lembrar que em relação ao Sr. Paulo Cordeiro existe um processo tramitando na Justiça quando o mesmo era Diretor Administrativo do Banestado Reflorestadora, e que foi objeto de uma CPI, nesta Assembléia Legislativa, naquele momento eu não estava aqui, mas até acredito que o Presidente atual foi o Relator daquela CPI e que encaminhou para o Ministério Público tal Relatório e ele aponta irregularidades como sumiço de aparelhos, durante a sua administração, tal como contratação de empresas, sem concorrência.

Este tipo de acusações voltou a ocorrer atualmente na Telepar, haja vista um debate que houve, num canal de televisão, ainda recentemente, aonde um Deputado dessa Assembléia se envolveu num debate político sobre questão de irregularidades ou não, na Telepar.

Acho prematura, antes de desdobrar todas estas ações que tramitam hoje na Justiça, aprovar um voto de louvor para alguém que até agora está sob suspeita judicial, uma vez que está respondendo um processo na Justiça. E também, pelo que sabemos já tem um passado de condenações, por questões pessoais, a qual não entraremos, uma vez que estamos analisando o homem público, Paulo Roberto Cordeiro.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - (Para Encaminhar) - Pedi discussão desta matéria, porque, como Deputado, nesta Casa, mandatário do voto de mais de 12.000 paranaenses, não vou avaliar porque não estou autorizado pelo meu eleitorado, políticas francamente contrárias aos interesses do País, não vou avaliar uma política que na verdade segue, por tudo e em tudo, a política do Governo Collor no setor das telecomunicações, não posso me esquecer das denúncias patrocinadas pela imprensa brasileira, que depois foram reiteradas pelo Hélio Costa, que hoje é Liderança do Partido Progressista em Minas Gerais, dando conta de irregularidades na Telemig, que é homóloga da Telepar em Minas Gerais; há também a suspensão, por decisão judicial, de licitações promovidas pela Telesp. E em tudo e por tudo a política da Telepar, esta que vem sendo implementada no Estado do Paraná, acompanha o que faz a Telesp, acompanha o que faz a Telemig. Tenho recebido denúncias das mais diversas dos setores representativos dos trabalhadores das

telecomunicações do Estado do Paraná, que dão conta de gravíssimas irregularidades no âmbito da Tecpar que traremos proxima-mente a debate aqui nesta Casa.

Quero também lembrar aos companheiros Deputados que recentemente o Deputado Luiz Alborghetti estabeleceu e levou ao ar seriíssimas denúncias contra o tipo de gestão que vem sendo implementada pela Telepar. O Presidente da Telepar, em contrapartida e em resposta, denunciou o Deputado Luiz Alborghetti de estar praticando extorsão. Teve da parte do Deputado Alborghetti a contrapartida e a resposta mais dura. Creio, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que votar uma matéria, que na verdade significa louvor à política de telecomunicações do Estado do Paraná, em face das informações de que já dispomos e que vem sendo veiculadas pela imprensa Estadual e pela imprensa Nacional, significa o aval da Assembléia Legislativa a isso que vem sendo implementado no Estado do Paraná. Quero, como preocupação e em medida de precaução aos Srs. Deputados, e em especial em respeito ao Deputado Colombino Grassano, conhecendo a firmeza e a idoneidade com que se conduz aqui nessa Assembléia Legislativa, recomendar que possamos inclusive retirar essa matéria de votação porque o de que dispomos, o de que dispõe o Deputado Luiz Carlos Alborghetti, o de que dispõe a Bancada do Partido dos Trabalhadores e o de que disponho da lavra dos vários setores representativos do trabalho das telecomunicações do Estado não abonam, não indicam, não recomendam um voto de louvor a esta política que aí está. Creio, Sr. Presidente, que essa é uma posição de prudência que deve assumir a Assembléia Legislativa do Estado porque, em face de tantas e tão grandes e expressivas denúncias que vem sendo promovidas contra o Governo Itamar, que em tudo segue a política do Governo Collor, porque aqui Sr. Presidente e Srs. Deputados, quero manifestar de público que não me iludo e não acompanho a tendência do mercado, em especial das grandes Multinacionais e grandes empresários do eixo Rio - São Paulo, que vêm na ascensão do Ministro Fernando Henrique Cardoso uma nova orientação para as políticas governamentais. Não. Fernando Henrique Cardoso, todos sabem, era a Liderança Peessedebista, que na fase final do Governo Collor defendia a adesão do PSDB ao Governo Collor. Havia razões conhecidas e muitas inclusive desconhecidas para essa adesão de um sociólogo de grande respeitabilidade na luta democrática brasileira. Do mesmo modo o Ministro da Economia assume dizendo que em tudo fará seguir o programa, o plano econômico de Eliseu Resende, que não haverá rupturas e nem haverá traumas; quando justamente a superação da

crise, da miséria e da fome no Brasil exige a ruptura com uma série de oligopólios e monopólios estabelecidos na sociedade brasileira e que tem no setor de telecomunicações o passo seguinte para o domínio completo que já se estabeleceu nos grandes meios de comunicação. Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, por coerência e por prudência devo encaminhar contrariamente a votação dessa matéria em face do que já sei e em face do que virá à tona na Assembléia Legislativa, bem como na imprensa do Estado nos próximos dias.

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Para Encaminhar)

Nós gostaríamos de parabenizar o Deputado Colombino Grassano pela feliz iniciativa de propor esse voto ao Presidente da Telepar, Paulo Cordeiro, empresa essa orgulho Nacional, e sobre a administração do engenheiro Paulo Cordeiro tem demonstrado um avanço superior a todos os Estados do País. Agora, por prudência, também diria que muitas coisas estão erradas no Governo do Estado, porque existem muitos Secretários de Estado e muitos assessores de segundo e terceiro escalão que tem programas, que tem dossiês e correm para o Paraná. Agora, o dito pelo não dito, parabenizo o Deputado Colombino Grassano e peço a todos os Senhores Deputados Estaduais desta Casa que tem visto o trabalho da Telepar e o trabalho do Engenheiro Paulo Cordeiro, que votem favorável; porque o exemplo está dentro da Telepar, os funcionários adoram seu Presidente e estão satisfeitos com a política implantada na Telepar e todo o Estado do Paraná, Deputados Federais e Estaduais estão satisfeitos com o trabalho sendo levado pela Telepar em nosso Estado. Inclusive, conversando com os Deputados Federais do PT, também estão satisfeitos pelo trabalho que tem sido desenvolvido pela Telepar de nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação.

O DR. ROSINHA - Pela Ordem. Senhor Presidente, o nosso Regimento Interno estabelece que todo e qualquer requerimento, após Aprovado nesta Casa, o Poder Executivo, ou as estatais, ou as companhias mistas, têm trinta dias para responder o pedido de qualquer Deputado, porque aí já passou a ser um pedido desta Assembléia.

No dia 31 de março de 1993 o Excelentíssimo Senhor Primeiro Secretário, Deputado Anibal Khury, enviou um ofício aprovado nesta Casa ao Senhor Paulo Roberto Cordeiro, Presidente da Telepar, que é uma companhia mista, solicitando cópia de todo o processo licitatório feito pela contratação das empresas para o "Plano de Expansão de Telefones" e cópia de contrato

Curitiba, segunda, em 31.05.93

firmado entre a Telepar e as empresas vencedoras: a) Alcatel Telecomunicações S.A.;

- b) Consórcio Socofer/STC/OAS;
- c) Consórcio Equitel/Furukawa/Inepar;
- d) Consórcio Promon. Apoio da ponte da Linha Vermelha no Rio de Janeiro e três destas empresas envolvidas na questão do Paulo César Farias.

Até a presente data, dois meses atrás, o Senhor Paulo Cordeiro em desrespeito à esta Assembléia, não remeteu a resposta. E olhem, se tivesse o respeito e quisesse o voto de louvor, o teria feito.

Neste sentido, solicito que dele temos tal requerimento, uma vez que alguém que quer ser respeitado, que quer receber voto de louvor, não respeita esta Casa de Leis enviando estes documentos, não deve ter o reconhecimento de uma Casa que é desrespeitada pelo Diretor da Telepar. Neste sentido, além do encaminhamento anterior, é que faço esta questão de ordem e solicito à Presidência que entre com um pedido de crime de responsabilidade junto à esta Casa em função do Presidente da Telepar não ter respondido. O voto de louvor, só por isto, já não deve ser votado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Doutor Rosinha, esta Presidência não atende a questão de ordem de Vossa Excelência porque tem sido comportamento desta Mesa, quando entram pedidos de informações, encaminhamento de expediente a empresas do Governo Federal, nós encaminharmos isto em respeito a este Plenário e ao Deputado que propõe; embora saibamos que não cabe à Assembléia Legislativa formalizar pedidos de informação a organismos federais, isto é competência do Congresso Nacional. Por esta razão também é que não poderemos entrar com responsabilidade criminal contra o Doutor Paulo Roberto Cordeiro porque a resposta ao nosso pedido de informação fica na liberalidade do mesmo, não existindo nenhum dispositivo legal que obrigue a responder a um pedido de informação da Assembléia.

O DR. ROSINHA - Pela Ordem. Senhor Presidente, a Telepar é uma companhia estatal na qual existe a ação, a responsabilidade do Governo Federal, mas também do Governo Estadual, onde tem seu percentual que, no momento, não tem este percentual. Mas não há dúvida, o Governo do Paraná tem ações da Telepar e, por ter ação, deve ser submetido a este Poder também como órgão fiscalizador.

Neste sentido, tem a obrigação de responder os pedidos de informações desta Casa.

O SR. BONA TURRA - Senhor Presidente, a

Questão de Ordem consiste em que, detendo o Estado do Paraná ações na Companhia Telefônica do Estado do Paraná, TELEPAR, deve a Companhia responder pedido de informação da Assembléia Legislativa. Vossa Excelência manifestou entendimento que é impropriedade a questão de ordem manifestada por Sua Excelência o Deputado Florisvaldo Fier.

No entanto, creio que às vistas mais detidas da matéria poderão dar conta de que, detendo o Paraná ações naquela Companhia, deve aquela Companhia prestar as informações à Assembléia Legislativa do Estado. Creio, também, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é chegada a hora do Paraná retomar a luta pela devolução do controle acionário da Companhia de Telefonia do Estado do Paraná. A Telepar, como todos sabem, até recentemente era de propriedade majoritária do Estado do Paraná, e como questão de ordem fundamental para que inclusive os princípios federativos sejam respeitados está, também, colocada a necessidade de lutarmos pela retomada ao nível do Estado do Paraná do controle sobre aquela Companhia, e ao contrário de encaminharmos favoravelmente voto de louvor a uma política que não pertence ao Estado e que contraria os interesses Nacionais, creio, é chegada a hora de haver a resposta ao pedido de informações feito pela Assembléia Legislativa, bem como, não haver o aval dos membros do Poder Legislativo a uma política que não conhecem, ou que se conhecem, com certeza, devem reconhecer é contrária aos interesses do Estado e aos interesses do Brasil.

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Pela Ordem) - Para encerrar a conversa. É brincadeira o que está acontecendo aqui. Se pede que se responda os pedidos de informações, e agora há pouco nós perdemos com a Bancada do Governo votando contra um pedido de informações que foi feito pelo Deputado Mário Bezerra à Copel. Se vamos falar em moralidade, tem que sair o exemplo daqui de dentro. Ora, pelo amor de Deus, acho que, como o Senhor respondeu ao Deputado Rosinha, não procede a essa Casa pedir informações a órgãos do Governo Federal. Agora, procede sim, pedir informações a órgãos estaduais, só que essas informações são negadas pela Bancada do Governo.

Isso é brincadeira, essa esquerda festiva que está aí, essa esquerda do Mao-Tsé-Tung que está aqui dentro é brincadeira, adoram falar de esquerda, mas adoram viver na direita, é isso que tem que parar, vamos mostrar a cara nesse Estado.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Com o devido respeito ao Deputado Fregonese de nada adianta ficar fazendo esse tipo d

demagogia. Senhor Presidente, com todo respeito ao Deputado Fregonese, nós expusmos a nossa posição a respeito da Copel, colocamos a nossa situação muito clara nesse Plenário, e manifestamos previamente a nossa decisão de votarmos contrário ao requerimento do Deputado Mário Bezerra. Portanto, não adianta querer jogar palhas no fogo maior. Senhor Presidente, é importante que nessa Casa se vote as questões que têm que ser votadas, mas se respeite pelo menos as posições de cada Bancada, de cada setor. Nós respeitamos as Bancadas, e esperamos que a recíproca seja verdadeira, de nada adianta ficar fazendo esse tipo de demagogia.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Essa Presidência solicita aos Senhores Deputados que se atenham ao Regimento Interno, e que acima de tudo respeitem a individualidade e opinião de cada um dos Senhores Deputados.

Em votação ao Requerimento. Os Senhores Deputados que forem favoráveis ao voto de louvor ao Doutor Paulo Roberto Cordeiro permaneçam como estão, e os contrários, se levantem. Está aprovado.

O Sr. Bona Turra - Requeiro Verificação de Votação.

O Dr. Rosinha - Quero registrar que estão de pé os Deputados, Paulo Maia, Dr. Rosinha, Ovídio Constantino.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não procede o registro de Vossa Excelência porque o Deputado Bona Turra requereu Verificação de Votação.

Os Senhores Deputados favoráveis ao requerimento queiram levantar-se. Vinte e um Deputados votam favoravelmente. Os contrários queiram levantar-se. Quatro.

Não há quórum para deliberação, somente para prosseguimento da Sessão.

Requerimento do Deputado Florisvaldo Fier, com discussão encerrada, também será apreciado oportunamente.

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Aqui se falou em moralidade hoje, se discutiu, se debateu voto de louvor a este e àquele líder do Estado, mas um Deputado do Rio Grande do Sul passou por esta Casa, há algum tempo atrás, e nos pediu uma cópia do projeto que acaba com o monopólio do transporte Coletivo do Estado ou pelo menos que dá poderes para que o Estado o faça, e no Rio Grande do Sul este projeto já foi votado, já está em manchete em todos os jornais e, aqui, apesar de que Vossa Excelência na semana passada demonstrou

boa vontade. Eu gostaria de indagar a Vossa Excelência, saber na gaveta de quem está este projeto, porque nós sabemos que há interesses, interesses muito fortes, porque se não houvessem interesses fortes, não estaria este projeto na gaveta de quem está ou de quem esteve, porque desde 89 nós estamos requerendo, pedindo que se cumpra o Regimento Interno e vamos solicitar a Vossa Excelência que determine que os Senhores Deputados dêem os seus pareceres nas Comissões para que a Assembléia Legislativa possa votar esse projeto.

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Pela Ordem) - Senhor Presidente, o projeto ora citado se encontra na Comissão de Finanças e somente não andou porque ele teve várias idas e vindas e conversando com o Deputado Neivo Berardin, eu disse a ele que hoje mesmo nós indicaremos um novo relator a esse projeto.

Agora o interessante, do Deputado Neivo Berardin, que exatamente toda entrada do mês de junho, ele entra com o pedido referente ao transporte coletivo.

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem) - Eu não aceito a brincadeira do Senhor Deputado e quero acreditar que o projeto tem idas e vindas pela Graciosa.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Talvez pela Itapemirim, Senhor Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Pela Itapemirim ou pela Graciosa, pela Comissão de Finanças ou por este Plenário, o projeto será apreciado tão logo esteja em condições.

A Mesa com fundamento no Artigo 192 do Regimento Interno, abre prazo de três dias consecutivos, a partir de amanhã dia 01.06 para oferecimento de emendas à proposição n° 32/91 de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino que revoga o parágrafo quinto do artigo 85 da Constituição do Estado do Paraná, que diz respeito a aposentadoria vitalícia dos Senhores Governadores.

Lembro os Senhores Deputados que já foi publicado em avulso e que a partir de amanhã está aberto o prazo de três dias para o oferecimento de emendas, após o que a Comissão Especial de Reforma a Constituição se reunirá para apreciação desta proposta.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Ordinária, marcando uma Sessão Extraordinária, para logo após a presente com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°

212/93.

Marca ainda uma sessão ordinária para amanhã, terça-feira, dia 01, à hora regimental com a seguinte

## ORDEM DO DIA:

- 1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 327/91.
- 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s: 173/93, 192/93 e 193/93.
- 1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 134/93.

Levanta-se a sessão.

## Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO DIRCEU MANFRINATO, EM SESSÃO DO DIA 31 DE MAIO DE 1993.

"A Peregrinação Partidária".  
do Advogado e Professor

René Ariel Dotti.

Um fato político relevante da semana foi a conquista de novos adeptos para o Partido Progressista (PP). A cerimônia realizada na Assembléia Legislativa teve a presença do presidente nacional, Álvaro Dias, e de expressivas lideranças do PMDB. Havia tantos Deputados que a sessão da Assembléia foi suspensa por falta de quórum.

O Partido Progressista está assumindo uma destacada posição no conjunto das forças institucionais. A sua representação na Câmara dos Deputados terá nos próximos dias o concurso de mais integrantes, perfazendo o total de 44. No Senado já são 5 os filiados que falam em nome do novo partido. No Paraná, o PP já contabiliza o significativo número de 128 Prefeitos Municipais e de 11 Parlamentares na Assembléia, com o ingresso de Antônio Annibelli.

Esses dados compõem o saldo positivo da peregrinação a que se dedica Álvaro Dias após completar o mandato de governador do Paraná e sair em busca de líderes e militantes para uma opção liberta do caudilhismo e da tirania impostos no PMDB de Orestes Quércia. Primeiramente, criando o Partido Social Trabalhista (PST) e depois estabelecendo e fusão com o Partido Trabalhista Renovador (PTR) de Joaquim Roriz. Dessa operação singela e aberta nasceu o

Partido Progressista.

É muito importante para o Brasil dos dias atuais a recuperação ou a conquista da boa imagem dos partidos políticos. Como declara a sua lei orgânica, destinam-se eles a assegurar, no interesse do regime democrático, a autenticidade do sistema representativo e a defender os direitos humanos fundamentais.

Perante a Constituição e as leis do país não é possível alguém eleger-se para qualquer cargo público de representação popular, desde Vereador até Presidente da República, se não estiver filiado a um partido político. A democracia representativa, portanto, tem neste núcleo comunitário uma das fontes de manifestação e de exercício bem como a oficina dos que pretendem seguir a carreira parlamentar.

Estas considerações demonstram a importância da romaria aos sítios próximos e distantes. Tanto nos lugares santos da esperança e da devoção democráticas, quanto nos territórios dos infernos e purgatórios de que é feita a divina comédia política. Nessas viagens de corpo e alma existe uma campanha de promessa, na qual Álvaro Dias cumpre o papel de guia em busca de novos terrenos de cidadania e de esperança popular. Na estrutura do novo partido ele acumula as funções de líder, doutrinador e militante. Na liderança, pratica o discurso fluente capaz de impressionar as multidões. Na doutrina, procura mostrar aos cidadãos em geral e aos eleitores em particular a existência e a razão de ser da agremiação. E na militância, revela a parte mais ostensiva da organização. Com elegância vigorosa ele faz o trabalho cabalístico, desde o imemorial "boca a boca" até aos mais sofisticados apelos para a cooptação.

Hoje em dia muitos caminhos da política nacional estão congestionados pelo festivo de incompetência e fisiologismo. Por isso é gratificante ver e acompanhar o trabalho e a crescente liderança de Álvaro Dias conduzindo seu partido que, desde o nome, procura reverter o quadro de anomia pintado com os traços e as cores da desordem e do retrocesso. Tais vícios, opostos às palavras de força inscritas na Bandeira Nacional, podem e devem ser combatidos com o idealismo e a coragem.

Tais virtudes não são privativas dos santos e dos profetas, mas dos homens públicos identificados com a sua nobre missão humana e social.